

**Universidade de Brasília  
Instituto de Ciência Política**

**No escuro, breu e no claro, réu: uma análise sobre o processo  
de resistência nas ocupações irregulares**

**Juliana Silva Amorim**

**Brasília  
2017**

Juliana Silva Amorim

No escuro, breu e no claro, réu: uma análise sobre o processo  
de resistência nas ocupações irregulares

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação  
apresentado ao Instituto de Ciência Política da  
Universidade de Brasília, como exigência parcial à  
obtenção de grau de Bacharel em Ciência Política.

Orientador: Thiago Aparecido Trindade

Brasília

2017

## FOLHA DE APROVAÇÃO

Juliana Silva Amorim

No escuro, breu e no claro, réu: uma análise sobre o processo  
de resistência nas ocupações irregulares

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação  
apresentado ao Instituto de Ciência Política da  
Universidade de Brasília, como exigência parcial à  
obtenção de grau de Bacharel em Ciência Política.

---

THIAGO APARECIDO TRINDADE (Orientador)

---

DANUSA MARQUES (Parecerista)

Brasília

2017

## **DEDICATÓRIA**

Dedico essa monografia à todas as pessoas que de algum modo, diretamente ou indiretamente, fizeram parte da minha trajetória enquanto pessoa e estudante. À todas aquelas/es que com suas vivências, histórias de vida e visões de mundo permitiram (permitem) que eu mergulhe nessa complexidade chamada sociedade e entenda, cada vez mais, o verdadeiro significado de justiça.

À todas/os que, frente às desigualdades postas, buscam uma vida mais digna e lutam, de diversas formas e facetas, pelos seus direitos.

Ainda, dedico este trabalho à meu maior exemplo de garra: minha mãe. Sua vida é um espelho para mim.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à Deus por me permitir chegar até aqui e à minha mãe, Betânia Barbosa, por ser meu maior exemplo de determinação e força, além da pessoa mais guerreira com quem pude conviver. Sou muito grata por tudo que me ensinou e me orgulho quando me veem em você. Sem seu suor, eu não estaria dando um dos passos mais importantes da minha vida. Agradeço a minha família materna, especialmente nas figuras do meu irmão e minha avó pelo amor e apoio que nutrem por mim.

Ainda, agradeço pelo privilégio de conhecer amigas/os que contribuíram veemente para minha formação pessoal, escolhas acadêmicas e futuro profissional nos mais diversos momentos da vida. Às amigadas de infância, do CEM 01 do Riacho Fundo, da Universidade de Brasília e dos demais círculos de contato, meu muito obrigada. E ao meu eterno melhor amigo e companheiro, Wallison Ávila, por se esforçar em me ajudar fisicamente e emocionalmente na construção desta monografia, por ver mim uma força que eu mesma duvidava.

À todas/os as/os professoras/es e funcionárias/os das instâncias educativas que participaram da minha formação didática. Obrigada por, mesmo indevidamente valorizadas/os, acreditarem no papel da educação e na troca mútua de aprendizado, especialmente no que tange ao papel da transformação social.

Um agradecimento especial ao Professor Thiago Trindade por acreditar em mim e no meu tema, por todo o saber transmitido e por me mostrar que a teoria é importante, mas não o suficiente; e que o debate político e social a nível acadêmico é simplista se não alargado à sociedade, principalmente em lugares periféricos onde, em grande medida, esse conhecimento não é partilhado. E a Fernanda Mota, atualmente doutoranda em Ciência Política, por sua sensibilidade e por nossa conversa que marcou minha graduação.

Além disso, não poderia deixar de agradecer aos grupos de extensão que tive o prazer de participar durante esses três anos na UnB. Ao Política na Escola e às crianças que participam do projeto, ao Politeia e ao Demodê minha imensa gratidão por terem me ensinado, cada um com suas características, como a política (e a falta dela) pode se desembocar em diversos níveis e em diferentes realidades.

Aos meus colegas da Presidência do CNPq e da Assessoria Parlamentar do Ministério da Justiça, meu muito obrigada. Todo o convívio e conhecimento adquirido serão de grande valia para meu crescimento individual e profissional.

E à Juliana Amorim, por não permitir-se desistir tampouco negligenciar seus princípios e ideais, mediante as circunstâncias da vida.

Pedras... elas vêm de todas as direções!  
E aquele papo de fazer castelo  
É mentira, moça!  
Elas vão te machucar  
E vai doer, vai doer mesmo.  
A pouca fé vai ser testada.  
Ah... mas você vai resistir.

Olha no espelho,  
Quem tá aí?  
Aquele menina? Aquela mulher? Aquela guerreira?  
Cheia de cicatrizes, sem grana  
Pouca família, com gana.  
Cheia de sonhos.

Sempre te ensinaram,  
que essa vida, nada seria fácil  
Só que esqueceram de te avisar, avisar pra todo mundo  
Que você também não seria.

Se eles tem pedras, você tem muralha!  
Se eles têm hoje, você tem o infinito e além.  
Mah Leone(Slam Resistência)

## **RESUMO**

Este trabalho busca agregar ao debate sobre o processo de resistência e ação política por parte de indivíduos, residentes de ocupações irregulares, que não possuem acesso privilegiado ao processo de tomada de decisão, não se organizam estrategicamente por meio de movimentos sociais e utilizam formas não-usuais de enfrentamento.

À luz de teorias sobre poder, resistência cotidiana e ocupações irregulares, foi feito um debate teórico a partir de três eixos: a) a conceituação de resistência b) movimentos de resistência; b) a resistência cotidiana.. A partir de entrevistas semiestruturadas, analisou como se dá o dia-a-dia da Ocupação da Placa da Mercedes ou Ocupação da UPA do Bandeirante. Desse modo, pretende-se traçar um paralelo entre as teorias de resistência cotidiana e as formas de vivências dessas/es ocupantes.

**Palavras-chave: poder, resistência cotidiana, ocupação irregular**

## ABSTRACT

This paper is intended to enhance the debate over the resistance process and the political action taken by individuals dwelling in irregular occupations that do not have privileged access to the decision making process, that are not strategically organized by social movements and that use non-conventional ways of confrontation.

Inspired by theories on power, daily resistance and irregular occupations, a theoretical debate was made based on three axis: a) the concept of resistance; b) resistance movements; c) daily resistance. From semistructured interviews, the daily basis of the occupation "Placa da Mercedes" or "Ocupação da UPA do Bandeirante". Therefore a parallel is wished to be draft between the theories on daily resistance and the real conditions of these members of the occupation.

**Key-words: power, daily resistance, irregular occupation.**

## SUMÁRIO

<b>Introdução.....</b>	<b>10</b>
<b>Metodologia.....</b>	<b>12</b>
<b>1. Resistência Cotidiana.....</b>	<b>14</b>
1.1 Sobre a Resistência	
1.2 Sobre o Movimento de Resistência e suas possíveis formas de atuação	
1.3 Sobre a Resistência Cotidiana	
<b>2. Resistência Cotidiana nas Ocupações Irregulares.....</b>	<b>40</b>
2.1 Sobre as Ocupações Irregulares	
2.2 Sobre a Resistência Cotidiana em Ocupações Irregulares	
<b>3. Considerações Finais.....</b>	<b>57</b>
<b>Apêndice.....</b>	<b>59</b>
<b>Bibliografia.....</b>	<b>60</b>

## INTRODUÇÃO

A existência de ocupações em terras irregulares vem aumentando cada vez mais no Distrito Federal, devido a vários fatores como o processo de planejamento e urbanização da capital que gerou desnivelados índices de sociabilização e com isso, a exclusão social. (Peluso, 2003) Seja em loteamentos ou barracos, as pessoas residentes em locais impróprios, institucionalmente e humanamente falando, tem que enfrentar alguns empecilhos alheios à sua situação social. e, com isso, podem estabelecer ações, estratégias e reações particulares.

Tendo em vista que a literatura sociológica clássica e antropológica dos anos 1970 e 1980 estudava as ocupações, periferias e setores populares, a partir da chave política dos movimentos sociais urbanos (Feltran, 2012), uma das presunções iniciais se finca exatamente na tentativa de mensurar a diversidade de ações, práticas e cotidiano das/os atrizes/atores políticas/os que fazem – ou não – parte de um coletivo ideológico e ainda assim assemelham-se em questões de suas lutas e resistências, de modo que se amplie o debate científico no que concerne à luta política e as relações de poder intrínsecas à ela. Uma outra perspectiva de organização de ação coletiva que são as ocupações provenientes de cidadãos comuns.

A luta e resistência por parte dessas ocupações podem ser tão confrontantes quanto de movimentos sociais (Scott, 2001), podendo ser importantes objetos importantes no que cerne a o enfrentamento extra institucional e a transformação social, além de formas de ação políticas que se distancia da violência aberta e confronto direto.

Para tanto, será utilizado o conceito de resistência cotidiana de James Scott imbricado à realidade de ocupações irregulares do meio urbano, de modo a incentivar a discussão sobre formas não-usuais de resistência. A partir do estudo empírico de uma ocupação do Distrito Federal, será observado a história de luta e resistência das/os ocupantes da região, a fim de observar a possível analogia do termo referido.

Com isso, além de revisitar as histórias de ocupantes, o trabalho se desemboca na tentativa de entender a dinâmica de vivência destes, tendo em vista a presença de relações de poder – externa e interna – e o desenvolvimento de uma resistência que não foi fundada segundo os parâmetros mais usuais e recorrentes, dos movimentos sociais. Em outras palavras, será pesquisado outras possíveis manifestações de resistência, seja com sua

capacidade criativa, articuladora, momentânea, no sentido da apropriação e luta do espaço e da terra, bem como para viver na cidade. (Arlete, 2009)

Assim, o trabalho se dividirá em dois capítulos principais: o primeiro trará o conceito de resistência cotidiana a partir do conceito de resistência e poder, bem como as ações de movimentos de resistência; e o segundo capítulo tratará sobre a processo de resistência cotidiana aplicado no meio urbano, através das ocupações irregulares.

## METODOLOGIA

Configurando-se enquanto uma pesquisa qualitativa, o presente trabalho teve como base metodológica a utilização de entrevistas semi estruturadas com indivíduos de uma ocupação do Distrito Federal, mais conhecida como Ocupação da Placa da Mercedes ou Ocupação da Upa do Bandeirante.

Sem qualquer liderança previamente reconhecida, a ocupação aloca diversas famílias que, ao decorrer desses 8 anos de existência, residem naquele local. As entrevistas concedidas refletem o caminho percorrido durante esses anos.

Diferentemente do que muito do campo científico faz, não pretende-se aqui fazer matematização conclusiva, tampouco análises objetivas. Ao contrário, a escolha das entrevistas semiestruturadas se deu por seu caráter intuitivo da análise de dados.

Anexado ao final do trabalho, se encontra o roteiro de perguntas realizado, tendo em vista que este serviu enquanto um roteiro guia com perguntas principais, haja vista que a pesquisadora o usou enquanto um parâmetro.

Outro ponto a ser ressaltado, principalmente por ser tratar de uma entrevista com pessoas de classes populares, é que o roteiro foi adaptado às condições da/o entrevistada/o, isto é, a preocupação no tipo de informação a ser extraída e publicizada, quem é a/o atriz/ator entrevistada/o e a linguagem adotada foram aspectos levados em conta. Como já diria Bourdieu: é necessário que saíamos do pedestal cultural, seja em forma de linguagem e postura.

Assim, sem esquecer o modelo teórico e metodológico utilizado, as conversas tiveram um tom informal, até mesmo para evitar constrangimentos. A informalidade permitiu com que memórias, relatos e crenças fossem expostas, tal como outras questões. Então, além das respostas e do que foi propriamente dito, os comportamentos e posturas também serão analisados.

Sendo as vozes dessas pessoas quase nunca motivadas ou ecoadas por meio da mídia ou dentro da esfera pública, uma das preocupações deste trabalho é de evidenciar e respeitar a opinião dessas/es atrizes/atores a despeito dos assuntos conversados, sem qualquer tipo de edição enviesada ou manipulações programadas. Um dos intuitos principais aqui é justamente vocalizar outras percepções e visões de mundo que deveriam estar na esfera pública.

Contudo, para evitar exposições e implicações negativas será preservado a identidade de todos/as entrevistas/os através do anonimato e do uso de nomes fictícios.

Não de forma estratégica, mas adequando-se ao ambiente, a pesquisadora realizou uma entrevista simultânea com três ocupantes, o que permitiu um maior conforto e interação entre estas/es, além de proporcionar um estudo qualitativo e comparativo, em alguns momentos, sobre determinados assuntos levantados. O formato semiestruturado, portanto, foi escolhido devido a possibilidade de flexibilização das perguntas bem como, a adequação e possíveis alterações a depender do clima, do momento, etc.

Anteriormente às entrevistas semiestruturadas, foi feita uma revisão bibliográfica acerca da relação entre poder e resistência, em especial, sobre a resistência cotidiana sob a ótica de James Scott enquanto forma de enfrentamento social e político. Tal conceito será empregado como fonte principal para as posteriores discussões sobre ocupações irregulares.

## CAPÍTULO I - Resistência cotidiana

### 1.1 Sobre a Resistência

Hoje, a noção do que se considera resistência é muito difusa. Diversas/os autoras/es, ao longo dos tempos, trabalham com a noção de resistir de formas e aspectos diversos, dando-nos um leque de possibilidades no que tange a sua nomenclatura. No campo acadêmico não é diferente, tornando impossível uma visão universal do que significa resistir. Com isso, nosso objetivo neste tópico é condensar alguns conceitos centrais sobre resistência tal qual ela seja.

Assim, antes de abordamos o cerne da discussão que é sobre resistência cotidiana, daremos um breve apanhado sobre algumas obras que estudam o processo de resistência em seu sentido amplo, focalizando especialmente em seu conceituação.

Segundo Tatiana Roque (2002), o termo resistir está atrelado à *resistir contra* ou *resistir a*, de modo que, seu sentido corrobore com a noção de lutar, coexistir ou substituir determinada força ou ordem vigente. Sendo assim, para ela, a resistência pode ser vista como uma resposta à algo ou alguém cuja prática é desvinculado ao objetivo da/o que resiste, a/o respondente. Bossi (1996), semelhantemente, traz um sentido semântico para a palavra resistência onde seu conceito é naturalmente ético e significa “opor a força própria à força alheia”, cognitivamente à maneira de resistir.

Foucault (1988), ao se deleitar sobre a estética da existência com aspirações filosóficas no que cerne o tempo, o presente e o mundo em que vive, se depara com a necessidade de entender o cenário e a forma de vida tangente à sua época. Para tanto, uma de suas premissas ético-política trabalhadas, se trata da compreensão das lutas de resistência nas relações de poder.

Distanciando-se da visão tradicional em que o poder é exercido através de aspectos negativos - proibição, constrangimento, obstáculos e com teor legalista -, Foucault propõe um novo enfoque metodológico ao abandonar a noção de poder atrelada apenas ao Estado, identificando diversas formas de relações de poder no seio da sociedade. Com isso, o autor se distancia de um modelo centralizador de poder, dando início à uma de suas principais contribuições teóricas: a compreensão das dinâmicas das relações de poder em redes.

Abandonando um modelo centralizador de poder, ou um poder proveniente exclusivamente do Estado, o autor entende que o poder pode ser emanado de vários pontos.

Ou seja, as dinâmicas das relações de poder funcionam enquanto várias redes (ou pontos) dentro do corpo social que tem por objetivo, apoiadas umas nas outras, incorporar e participar das diversas facetas do poder, como por exemplo: Estado, família, fábrica, escola, etc. (Maia, 1995, p. 88)

Nesse sentido, sua análise de poder não se restringe à análise tradicional do poder, onde em geral, as considerações são feitas no campo do Direito e da soberania. Ao contrário da tradição das/os pensadoras/es da época que utilizavam o campo jurídico enquanto parâmetro à concepção das relações de poder, a visão foucaultiana mostra o quão insuficiente, incessante e fluída é essa corrente, se analisadas frente às relações políticas e sociais vigentes. (Maia, 1995, p. 86)

Desta forma, além de expandir o olhar pragmático social, propõe um deslocamento em relação ao Estado ao expor uma profusão de relações de poder dentro da sociedade que, estando fora do Estado, se apresenta, aquém das variáveis analíticas e explicativas tangentes até então: soberania, proibição ou imposição de uma lei. (Maia, 1995, p. 88)

Dentro desta perspectiva, o poder se configura enquanto um conjunto de relações de poder - logo, relações de forças - que ao ter caráter difuso, se encontram por toda a parte e são recorrentes em diversos âmbitos sociais. Para ele, “qualquer agrupamento humano vai estar sempre permeado por relações de poder, posto que a existência deste tipo de relação é coexistente à vida social.” (Maia, 1995, p. 86)

Sua coexistência ocorre justamente porque no campo das relações de forças a sujeição da/o individua/o “se desdobra, tendo em vista um poder que atua por estímulo, incitando forças, extraindo dos corpos ações úteis para o funcionamento do campo social.” (Maciel Jr. 2013, p. 2)

Contudo, embora o poder se configure a partir de relações de forças, ele só é engrenado quando estas se chocam e se contrapõem. (Maia, 1995, p. 89) Em outras palavras, definir o poder foucaultiano enquanto múltiplas relações de forças coexistentes harmonicamente é errôneo; antes, o poder pressupõe contrastes e divergências, enfrentamentos constantes e contínuos.

Sendo um dos princípios da análise do poder, a pluralidade de correlações de forças:

O que caracteriza o poder que estamos analisando é que traz à ação relações entre indivíduos (ou entre grupos). Para não nos deixar enganar; só podemos falar de estruturas ou de mecanismo de poder na medida em que supomos que certas pessoas

exercem poder sobre outras. O termo ‘poder’ designa relacionamentos entre parceiros (e com isto não menciono um jogo de soma zero, mas simplesmente, e por ora me referindo em termos mais gerais, a um conjunto de ações que induzem a outras ações, seguindo-se uma às outras)” (Foucault, 1982, p. 217).

Portanto, visto que a trama social está envolta de uma rede de relações de poder, e não regrada por um poder onipresente que desfibra todos os recortes da vida coletiva, a possibilidade de resistência e possibilidades de transformação se faz possível. Segundo Antônio Maia (1995, p. 90), “a capacidade de recalcitrar, de se insurgir, de se rebelar e resistir são elementos constitutivos da própria definição de poder”. E é nesse sentido que Foucault afirma que se há relação de força, há resistência.

É na natureza relacional da pluralidade de correlações de forças que aparece o papel da resistência enquanto um “terceiro poder da força”<sup>1</sup>. Ou seja, se a relação de poder se define na dualidade entre duas forças (o/a que afeta e o/a que é afetado/a), a resistência se configura enquanto uma atividade de força capaz de adentrar no campo das relações, mas com um aspecto que a difere: a capacidade de adentrar no campo sem ser prevista estrategicamente e, ainda assim, penetrando em relação com as outras forças.

Sendo assim, a resistência é, para Foucault, uma atividade da força que se subtrai das estratégias efetuadas pelas relações de forças do campo do poder. Esta atividade permite à força entrar em relação com outras forças oriundas de um lado de fora do poder (Maciel apud. Foucault, 2013, p.2)

Então, Foucault opera na lógica de uma análise estratégica a fim de compreender de que modo as resistências operam no funcionamento do poder e como ocorrem os modos de ação a depender da resistência observada. (Alvim, 2013, p. 23)

Semelhantemente, Pelbart (2003) também entende a resistência em uma situação de oposição direta às forças que estão em disputa pelo poder concebido. Para ele, as subjetividades identitárias presentes nas/nos protagonistas do campo em disputa podem ser responsáveis pelo caráter conflituoso que a resistência se insere. A resistência aqui é tida como um componente de subjetividade.

Segundo Deleuze, subjetividade pode ser entendida enquanto formas em que os indivíduos ou sua coletividade se constituem como sujeita/o. Nesse sentido, a partir de um

---

<sup>1</sup> O uso do termo terceiro poder da força é oriundo do autor Auterives Maciel Jr. (VER: Maciel, Jr. 2013). Contudo, é utilizado aqui não como uma expressão numérica onde só haja duas forças vigentes no mundo e a resistência se apresenta como a terceira; mas, antes, como uma força para além das demais comentes existentes.

panorama social, as/os que compõem essa trama constroem e reconstroem seus modos de vivência.

Negri (2003), por sua vez, entende que a subjetividade da resistência contemporânea não é proveniente de um acúmulo de forças; antes, se origina de uma tomada de consciência a nível individual ou coletiva que permita uma difusão de comportamento resistentes e singulares. (Bessi, 2009, p. 56)

Nesse sentido, Foucault pontua que assim como o poder funciona em uma multiplicidade de redes no tecido social, a resistência também pode se apresentar de múltiplas formas e focos:

que lá onde há poder há resistência e, no entanto (ou melhor, por isso mesmo) esta nunca se encontra em posição de exterioridade (...) Não existe, com respeito ao poder, um lugar da grande recusa - alma da revolta, foco de todas as rebeliões, lei pura do revolucionário. Mas sim, resistências no plural, que são casos únicos: possíveis, necessárias, improváveis, espontâneas, selvagens, solitárias, planejadas, arrastadas, violentas, irreconciliáveis, prontas ao compromisso, interessadas ou fadadas ao sacrifício; por definição não podem existir a não ser no campo estratégico das relações de poder. (...) Elas não são o outro termo nas relações de poder; inscrevem-se nestas relações como interlocutor irreduzível” (Maia apud. Foucault, 1995, p. 91).

A pluralidade da resistência em Foucault também reforça a noção da não existência de um grande Poder. Sua forma múltipla pode ser transposta por diversos acontecimentos possíveis ou não, bem como situações planejadas ou espontâneas, desde que estejam inseridas no campo estratégico das relações de forças:

As resistências funcionam como pontos e nós irregulares que se distribuem com maior ou menor densidade no tempo e no espaço. Podem provocar levantes radicais, rupturas profundas, mas é mais comum serem pontos transitórios, móveis, precários e, ao mesmo tempo, constantes. (Alvim, 2013. p. 26)

Atrelando ambas as noções sobre a diversidade intrínseca à resistência, toma-se como uma das premissas norteadoras desse trabalho a capacidade mutável da resistência em ser uma força constante e palpável dentro das relações de poder, em um sentido objetivo, como visto por Foucault, bem como incitar uma tomada de consciência por aquelas/es que resistem, como na subjetividade adotada por Pelbart e Negri.

Para James Scott, principal contribuição para o presente trabalho, há uma natureza oposicionista na resistência que, até mesmo contra-ideológica, “pode estourar no cenário público nos raros momentos em que a repressão do cotidiano é suspensa.” (Monsma, 2000, p. 100)

Em *Vigiar e Punir*, a resistência foucaultiana é tida como uma fonte de impedimento à manutenção do maquinário de poder, onde se apresenta em uma forma instável frente às relações de poder e, com isso, instiga à formação de conflitos e aversões. Segundo o autor, são alguns dos exemplos de resistência:

o impedimento de execuções consideradas injustas, a obtenção forçada do perdão para um condenado, arrancado pela multidão das mãos do carrasco eventualmente a perseguição, o assalto e até mesmo a morte dos executores; sem contar as práticas dispersas no ritual, tal como maldizer os juizes e fazer tumulto na hora da sentença. (Alvim, 2013,, p. 25)

Ou seja, pode-se dizer que, para Foucault, a violência também pode ser um recurso dentro do campo das relações de poder, mas não um princípio básico da sua natureza. Essa violência aberta e física não intitula a atuação do poder, que pode se apresentar muito mais sutil, sem intervenções que reprima ou obstaculiza algo ou alguém. (Maia, 1995, p. 90)

Na obra “*A História da Sexualidade*”, Foucault evolui no seu debate sobre resistência ao colocá-la não apenas enquanto mediadora e/ou confrontadora de forças, mas também enquanto agente diverso e múltiplo. A resistência teria então um caráter inesperadamente plural, o que significa dizer que as estratégias de resistência podem se transvestir enquanto espontâneas ou minuciosamente estratégica e planejada, violento ou passiva, disruptivas ou imutáveis.

As resistências funcionam como pontos e nós irregulares que se distribuem com maior ou menor densidade no tempo e no espaço. Podem provocar levantes radicais, rupturas profundas, mas é mais comum serem pontos transitórios, móveis precários e, ao menos tempo, constantes. (Alvim, 2010, p. 26)

Fundamentalmente volúveis, as resistências estão em constante mutação e transformação diante os poderes vigentes na atualidade; possivelmente, seu aspecto peculiar em não se configurar segundo às estratégias de poder, como no argumento de Foucault, se encontra justamente por sua pré-condição criativa e engenhosa. (Maciel Jr., 2013, p. 03)

Haja vista isso, uma das críticas feitas à Foucault seria de que sua análise de resistência e poder, mesmo que mutáveis, se centram em uma perspectiva focal e regional, diferentemente do sociólogo e cientista social esloveno Slavoj Žižek (2009), que ao dar uma entrevista à *Roda Viva*, pontua a emergência em se pensar novas e alternativas formas de ações coletivas de modo a enfrentar as mazelas em nível global.

Contudo, embora seja uma avaliação válida, não pretende-se aqui analisar os pormenores de noções de escalas geográficas, de modo que o intuito do presente trabalho se centra, a partir dessas duas visões, na necessidade em se estudar novas estratégias de resistência por meio ações coletivas que, de algum modo, compunham o campo das relações de poder. Para tanto, será utilizado o conceito de resistência cotidiana de James Scott imbricado à realidade de ocupações irregulares do meio urbano, de modo a acrescentar ao debate sobre formas não-usuais de resistência.

Dessa forma, interessa compreender, além do tangível à observação ocular como em casos de resistências usuais de enfrentamento direto, a sutileza do que não é explícito, a vivência particular e aspirações pessoais.

Levando em conta a nuance individualista do processo de resistência, Marcelo Silva (1998) considera que a/o sujeita/o ao estar inserida/o na lógica do sistema e, com isso, adquire uma noção de resistência por algum motivo, a/o mesma/o se afirma enquanto atriz/ator e, com isso, se considera parte integrante da produção social. (Picolotto, 2007, p. 162)

Assim como Foucault e Pelbart, Touraine também enxerga um constante conflito no seio da sociedade que leva a/o sujeita/o para a luta contra uma força oposta:

Segundo minha análise, é o conflito central de nossa sociedade que leva um sujeito em luta, de um lado, contra o triunfo do mercado e das técnicas e, de outro, contra os poderes comunitários autoritários. Acho que este conflito cultural é tão central hoje como foi o conflito econômico da sociedade industrial e o conflito político que dominou os primeiros séculos de nossa modernidade (Picolotto apud. Touraine, 2007, p.163)

Ao entender a resistência enquanto redes, Castells refuta que, em uma sociedade em rede, a resistência é formada por comunidades de atrizes/atores que resistem à lógica do poder vigente, poder este denominado como fluxo global de capital ou homogeneização da globalização. É a partir dessas comunidades que pode haver transformação social pois, com o uso de suas atribuições culturais de resistência, o processo de globalização é destituído e

projetos de uma nova estrutura surgem. É na resistência criativa que se encontra o mover e a renovação social. (Picolotto, 2007, p. 166-167)

Compelindo todas as contribuições trazidas até o momento, podemos compreender a resistência, em um plano epistemológico que supra as necessidades desse trabalho, enquanto um processo formado por comunidades ou redes de atrizes e atores que atuam concomitantemente com outras forças e que, de forma mutável e difusa, opera sobre diversas óticas. Ao estar inserida em um campo de poder intrínseca a realidade social, a resistência pode ser vista com uma resposta de oposição à algo ou alguém, adotando estratégias imprevisíveis de enfrentamentos silenciosos ou alarmados.

## **1.2 - Sobre o Movimento de Resistência e suas possíveis formas de atuação**

Talvez como uma maneira de estudar formas de atuações por parte de vários setores da sociedade e em vários períodos históricos, algumas obras que tratam sobre acontecimentos de ordem política, econômica e social utilizam de uma nomenclatura geral para estudar as ações de resistência: os movimentos de resistência.

Embora a literatura sociológica clássica e antropológica dos anos 1970 e 1980 estudasse ocupações, periferias e setores populares a partir da chave política dos movimentos sociais (Feltran, 2012, p. 145), um dos motivos ao trazer esse tópico se finca exatamente na tentativa de mensurar a diversidade de ações, práticas e cotidiano das/os atrizes/atores políticas/os que fazem – ou não – parte de um coletivo ideológico e ainda assim assemelham-se em questões de suas lutas e resistências, de modo que se amplie o debate científico no que concerne à luta política e as relações de poder intrínsecas à ela.

No caso brasileiro, existem estudos que vão desde movimentos de resistência no Regime Militar<sup>2</sup> e a escravidão como um processo de resistência<sup>3</sup> até movimento de resistência por parte da classe trabalhadora<sup>4</sup> e das domésticas<sup>5</sup>. No plano nacional e internacional livros como *Guerra Irregular: Terrorismo, guerrilha e movimentos de resistência ao longo da história* (Visacro, 2009) e *Os Excluídos da História* (Perrot, 2010) trazem contribuições histórias sobre o papel de diversos setores da sociedade enquanto sujeitas/os de luta e resistência.

---

<sup>2</sup> ver Salvarani (2014); Brasil & Ruschel (2002) e Freire (2005)

<sup>3</sup> ver Marquese (2006) e Simões (2000);

<sup>4</sup> ver Speranza (2007);

<sup>5</sup> ver Costa (2007).

Para Touraine (1989), em uma sociedade pós-industrial permeada por uma generalização de conflitos, seus modos de ação sobre si mesma a caracterizam. A transformação central giraria em torno dos conflitos e lutas sociais que, por sua vez, são conduzidas contra um aparelho de dominação. Sua base reivindicativa se respalda em prol de um ou mais grupos e se defende por meio de uma resistência, que “só adquire importância quando mobiliza o conjunto da coletividade”. (p. 10)

O fato de ter que ser mobilizada por uma coletividade em específico não quer dizer que esse agrupamento identitário e social se dá estrategicamente ou de forma premeditada, afinal Turner (1982) define que:

a identificação social como o processo de alguém se localizar ou localizar outra pessoa dentro de um sistema de categorizações sociais; mas define simultaneamente a identidade social como a soma total das identificações sociais usadas por uma pessoa para definir a si própria. Assim, a maneira pela qual alguém é definido por outros influencia sua auto-identidade em algum grau.

Sendo muito mais um processo espontâneo de auto-identificação com os pares, do que a inserção em grupos sedimentados e rígidos de enquadramento social. Paralelamente a esse pensamento, Castells (2002) observa três principais formas na construção de identidades coletivas em contextos marcados por relações de poder: o primeiro diz respeito à uma identidade legitimadora que produzida por estruturas dominadoras se expandem e são aplicáveis à várias teorias de nacionalismo; a segunda é a identidade de resistência que, criada por atrizes e atores subalternizadas/os e estigmatizadas/os, constroem válvulas de resistência e sobrevivência - diferentes das adotadas pela identidade legalista e dominante das instituições -, levando em consideração sua posição desvalorizada dentro do sistema; e por fim, a terceira identidade é formada através de projetos, isto é, a aglomeração de indivíduos sociais com um material cultural em comum “constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, de buscar a transformação de toda a estrutura social.” (Picolotto, 2007, p. 167)

Vinculado a obra de Foucault, podemos dizer que pode configura-se enquanto um movimento de resistência qualquer tipo de mobilização coletiva que busca o combate à uma força. Em sua maioria, essa mobilização é decorrente de um grupo que se auto-identifica, voluntariamente ou não, ao combate à um poder abusivo, autoritário, opressivo e afins. Um

poder que, de alguma forma, confronte aspectos relevantes na vida social da/o indivíduo/a ou de seus determinados grupos.

Exemplos como: o movimento negro que se enquadra na oposição ao controle racista dentro das relações sociais; o movimento de resistência indígena que busca instaurar ou, ao menos, preservar as áreas que o processo de colonização as subjugou; os movimentos de resistências à nível de questões sexuais: mulheres contra o machismo, homossexuais contra a homofobia; a resistência religiosa por parte de Igrejas, Templos e afins que enfrentam a perseguição religiosa; movimentos de caráter nacionalista que buscam deter forças estrangeiras; movimentos de resistência à direitos fundamentais previstos constitucionalmente: saúde, educação, moradia, dentre muitos outros exemplos que podemos citar ao longo da história humana que é marcada substancialmente por conflitos antagônicos com caráter resistente.

Assim, a formação de movimentos de resistência das mais variadas temáticas ocorre, em sua maioria, devido à uma necessidade de se aglutinar forças em prol de uma força maior e “unificada”<sup>6</sup>. Obviamente que essa aglutinação pode ser intencional<sup>2</sup>, como no caso de movimentos sociais, ou espontânea.

Para Foucault, os primeiros movimentos resistentes surgiram quando um fragmento do saber, os intelectuais, se voltaram contra um poder. Para esse segmento, enfrentar a exploração e opressão significava transpor a verdade para todos/as que possivelmente não a conhecem e falar em nome destes/as. (Alvim, 2013, p. 22)

No século XX, houve uma discrepância no que podemos denominar de movimentos de resistência, onde a posição de porta-voz dos oprimidos pelos intelectuais foi abandonada e deu lugar ao um espaço de fala e reconhecimento por aqueles/as que além de fazerem parte do sistema social, também são capazes de argumentar suas demandas e angústias políticas. Nisso, observou-se dois lócus de participação e deliberação dentro dos movimentos de resistência. (Alvim, 2013, p. 23)

---

<sup>6</sup> Unificada, nesse sentido, não quer dizer que todos os movimentos de resistências foram homogêneos e distantes de conflitos internos; mas antes, significa mostrar que, muitas vezes, a formação de um grupo com determinado fim tem mais força simbólica e literal do que diversas forças individuais, embora estas também sejam de grande valia.

<sup>2</sup> Intencional no que cerne à sua politização, isto é, grupos que “tematizam e redefinem a esfera pública, realizam parcerias com outras entidades da sociedade civil e política, têm grande poder de controle social e constroem modelos de inovações sociais.” (ver Gohn, 2011)

Além disso da temática e do modo de expressão dos movimentos de resistência, outra diferenciação entre eles está na utilização de métodos e estratégias para o alcance de seus objetivos. Desde formas pacifistas até táticas ‘violentas e agressivas’, existem diversas atuações quando o assunto é resistência e luta.

Sem entrar no mérito de eficiência e legitimidade de cada um deles, o que se procurará investigar aqui é em como as formas de resistência mais usuais vistas pela literatura se comportam.

Em Melucci (1999), os movimentos em rede são:

relações informais que conectam indivíduos e grupos-chaves em uma área mais extensa de participantes e ‘usuários’ de serviços e bens culturais produzidos pelo movimento". A rede é formada por um sistema de trocas, com as seguintes características: a) propicia a associação múltipla, b) a militância é somente parcial e de curta duração e c) o desenvolvimento pessoal e a solidariedade afetiva se colocam como uma condição para a participação em pequenos grupos. (Queiroz, 2003, p. 4)

A ação coletiva desses movimentos pode elaborar novos discursos, códigos e formas de poder que, postas na cena pública, descentralizam e democratizam o sistema. Para o autor, os objetivos podem estar em bens materiais, como também na luta por signos sociais, projetos simbólicos e culturais, um novo rumo à trama e prática social através de linguagens e valores. Nem sempre moldadas às condições estruturais, as pessoas podem ter dimensões pessoais de sua vida social que originem novas formas de interação dentro das condições estruturais que integram.

É a inexistência da cidadania e, sobretudo, a consciência da pobreza e da exclusão que explica a existência de grande parte das ações coletivas no continente, sejam elas relacionadas à luta pela terra, pelo emprego, contra o tráfico e a prostituição infantil, contra o trabalho escravo, pela demarcação das terras indígenas, e outras tantas que ocorrem pelo Brasil e demais países da região. Evidentemente não se pode ignorar a presença de movimentos cujas ações não se caracterizam exclusivamente na luta pelo acesso a bens materiais e à garantia de condições de vida, como os movimentos ambientalista, feminista, pela paz e pela ética na política, etc. Também não se pode ignorar que simultaneamente à luta pelo acesso a bens e serviços, os movimentos e ações coletivas latino-americanos produzem inovações culturais, redefinem e ampliam os espaços da política, sinalizando em direção à construção de uma esfera pública democrática. (Queiroz, 2003, p. 4)

Movimentos de mulheres, jovens, direitos humanos, ecológicos e mobilizações pacifistas são alguns dos exemplos de ações coletivas contemporâneas que utilizam formas de

articulação, mobilização e luta que alteram a logística dominante a partir do plano simbólico, isto é, questionam códigos e propõe a criação de novos simbolismos sociais. Ao contrário dos que taxam o fim das ações coletivas ou então duvidam da eficácia das mesmas, o autor menciona suas contribuições, seja imediatas e perceptíveis, seja em resultados não-visíveis e que afetam a vida dos indivíduos tanto como, por meio da linguagem, do discurso e dos valores (Queiroz, 2003, p. 2-4)

A luta pela terra é outro exemplo que, apesar de relacionada à conquista econômica, seu processo de luta atinge um conjunto de reflexões sobre valores, cultura e costumes do campo que perpassam desde a construção de críticas ligadas à pobreza e concentração de riqueza até a violência no campo e a desigualdade da sociedade capitalista. (Fabrini, 2007, p. 14)

Com um leque de objetivos, as estratégias de ação desses grupos também são amplas. Embora haja diversas análises metodológicas acerca do tema, para o objetivo do trabalho que é sobre resistência cotidiana, centraremos em explicar brevemente uma das principais diferenciações dentro das chamadas resistência ativa e resistência passiva.

Segundo Maria Garcia (2004), a desobediência civil é uma forma particular de resistência que pode ser expressa ativamente ou passivamente a fim de questionar uma ordem constitucional e seus direitos e garantias fundamentais expressos. (Ferriani, 2015, p. 9)

Na filosofia de Marsílio de Pádua, cuja a mesma avançou dentro das doutrinas de soberania, servindo posteriormente como pilar para rebeliões, revoltas e revoluções (Franklin, 1969, p. 11-2; Maier, 1972, pp. 3-49; Negri, 2008b, pp. 109-26), uma resistência é ativa quando há, por meio da violência, uma legitimidade extralegal de mudança política exercida pelo povo enquanto um mecanismo de autodefesa. (Kalyvas, 2013, p. 50)

Assim, percebe-se que muito atrelado à ‘ativação’ da resistência está a presença da violência e do uso da força, sendo uma a legitimadora da outra. Segundo Safatle (2010, p. 246), “quando o Estado se transforma em Estado ilegal, a resistência por todos os meios é um direito. Neste sentido, eliminar o direito à violência contra uma situação ilegal gerida pelo Estado significa retirar o fundamento substantivo da democracia.”

São em técnicas de violência abertas e no uso da força que a sociedade exerce sua resistência à uma opressão advinda, em sua maioria, de ações do Estado de ou algum poder

autoritário que, segundo Luis Felipe Miguel, exerce uma violência estrutural<sup>7</sup> sob as/os dominadas/os.

Ainda, Telles Júnior (1955, p. 217) indaga que uma resistência violenta é justificada mediante sua utilidade política, isto é, deve ser capaz de restabelecer uma ordem justa. Ou, sua utilidade momentânea:

A violência é um recurso enormemente tentador quando se enfrenta acontecimentos ou condições ultrajantes, em razão de sua proximidade e rapidez. Agir com deliberada rapidez vai contra a essência do ódio e da violência, porém, isso não os torna irracionais. Muito pelo contrário, tanto na vida pública como privada há situações onde a própria rapidez de uma ação violenta seja talvez o único remédio adequado. A questão não é que uma tal ação nos permite dar vazão aos nossos impulsos reprimidos – o que pode ser feito com a mesma eficácia se esmurrarmos a mesa ou batermos a porta. A questão é que em certas circunstâncias a violência – atuando sem argumentos ou discussões e sem atentar para as conseqüências – é a única maneira de se equilibrar a balança da justiça de maneira certa. (Arendt, 2009, p. 38-39)

A resistência passiva, por sua vez, é atrelada dentro do campo das ciências sociais como uma ramificação da resistência não-violenta, cujas figuras mais emblemáticas vinculadas ao termo são Mahatma Gandhi e Marthin Luther King.

Assim como o direito à desobediência civil, o direito à resistência por vias pacíficas se caracteriza enquanto uma força contrária à opressão de igual intensidade. (Vieira, 2013, p. 86)

A resistência pacífica não ocorre apenas em ações silenciosas, embora seja uma de suas características como aponta Scott ao estudar a resistência cotidiana dos camponeses. Suas configurações podem ser de reivindicações organizadas, sem necessariamente o uso da força física, “do confronto humano, da brutalidade e da violência como caminho único necessário para o alcance de seu pretendido.” (Vieira, 2013, p. 90)

Líder de um grande movimento de resistência indiano, Gandhi propunha que o direito de resistência fosse realizado por métodos pacíficas, de modo a evitar qualquer espécie de conflito armado e de violência por sua nação.

---

<sup>7</sup> Para Luis Felipe Miguel, “a violência estrutural é camuflada por sua conformidade às regras; é naturalizada por sua presença permanente na tessitura das relações sociais; é invisibilizada porque, ao contrário da violência aberta, não aparece como uma ruptura da normalidade. Em particular, a violência estrutural tem beneficiários, mas não tem necessariamente perpetradores particularizados. (2014, p. 33)

Baseado em ensinamentos ético-religiosos proveniente do hinduísmo, o líder consiste sua argumentação pacífica como uma forma de respeito à toda forma de vida - mesmo aquelas/es opositoras/es ao seu pensamento e as/aos que fazem uso da agressão - e uma rejeição à luta física contra a opressão em questão. Muito mais uma resistência da alma, a desobediência civil se transmuta em possibilidades criativas que podem proporcionar a conquista de direitos humanos. (Vieira, 2013, p. 92)

Contudo, é importante mencionar que essa ideia não-violenta da resistência não se encontra passiva no que cerne ao enfrentamento as/aos suas/seus opositoras/es; ao contrário, consiste em uma mobilização ativa de resistência.

A passividade aqui está vinculada a ausência de uma noção violentamente conflituosa, como em casos de guerras. Sendo assim, a presença do conflito é constante, mas a maneira em que se responde à esse conflito evidencia sua particularidade: são estratégias inovadoras e criativas - impulsionadas, em grande medida, pelo subconsciente simbólico -, como exposto a seguir, com a noção de *resistência cotidiana*.

### **1.3 - Sobre a Resistência Cotidiana**

Ao viver em uma pequena aldeia da planície Muda, localizada no Estado de Sedaka, Nordeste da Malásia, Scott se debruça em diversos aspectos da vivência dessa região, desde aspectos econômicos até suas relações interpessoais dando origem a noção de ‘formas cotidianas de resistência’.

Nessa aldeia, os conflitos de classes não eram organizados por movimentos organizados e sim por “uma série de uma série de práticas e representações que foram sintetizadas por Scott através da noção de formas de resistência cotidiana”. Dedicando-se em grande medida ao cultivo do arroz e à revolução verde, principalmente na utilização de máquinas de ceifar e trilhar, a desigualdade material era expressiva na região. (Menezes, 2002, p. 33)

Ao centrar sua atenção em conflitos não-visíveis imbricados dentro da estrutura social, James Scott dedica sua obra na análise de formas de resistência cotidiana expressas individualmente ou coletivamente. Insatisfeito com as abordagens vigentes que centralizam o processo de luta de resistência do campesinato nas revoluções e rebeliões camponesas, Scott aponta que esse tipo de situação ocorre de forma pouco frequente frente à outras formas de resistência expressas pelo grupo. (Menezes, 2002, p. 33)

Embora as lutas e resistências camponesas tivessem sido analisadas e consideradas pelos estudiosos sob a chave dos movimentos sociais, sua organização e ação de lutas no campo não se restringe exclusivamente à eles, sendo o movimento camponês mais amplo do que os movimentos sociais. (Fabrini, 2007, p. 09 e 16)

Fabrini suscita a valorização que ações de escalas amplas e massivas como manifestações, marchas e eventos tem sobre o olhar das/os estudiosas/os devido a grande repercussão dadas à elas e ao ambiente político que se é criado; ao passo que pequenas manifestações são desqualificadas e postas como isoladas e sem potencial de transformação da sociedade. Antes do movimento social ter atributos de sua existência, as/os camponesas/es já eram sujeitas/os políticas/os do campo, sendo portanto as/os que constroem os movimentos, e não o contrário. (Fabrini, 2007, p. 17-21)

Uma das fontes de análise de Scott foi as organizações sociais<sup>8</sup> que ocorriam naquele lugar. Geralmente sem a figura de um líder oficial ou até mesmo de uma organização formal, Scott analisou a chamada ‘resistência em pequena escala’. A resistência de pequena escala, ou mesmo individual, pode impor limites e confrontos tão quanto ou até mais do que uma organizada pelos movimentos sociais. (Monsma, 2000, p.100)

São algumas das expressões de resistência cotidiana: fazer ‘corpo mole’, dissimulação, condescendência, furto, surrupio, simulação, fuga, fantasia, difamação, maledicência, incêndio culposo. (Menezes, 2002, p. 33)

Esquivando-se de compreender conflitos de massa contra o Estado ou confrontações diretas e usuais, Scott não desconsidera o papel dos movimentos sociais - principal organização política da sociedade civil com função de demandar interesses à esfera pública - mas observa que, a maioria das resistências ocorridas no seio de relações de dominação são expressas de práticas cotidianas, fragmentadas e difusas. (Menezes, 2002, p. 33)

O modo de vida camponês apresenta simultaneamente uma relação de subordinação e estranhamento com a sociedade capitalista. Se, por um lado, o mercado domina o campesinato, por outro, ele não o organiza (Taussig, 1980:10). O campesinato possui uma organização da produção baseada no trabalho familiar e no uso como valor. O reconhecimento de sua especificidade não implica a negação da diversidade de formas de subordinação às quais pode se apresentar submetido, nem da multiplicidade de estratégias por

---

<sup>8</sup> Organização social, nesse sentido, refere ao modo de vida camponês, que pode abarcar relações de subordinação, organização de produção, multiplicidade de estratégias, dentre outras possíveis análises.

ele adotadas diante de diferentes situações e que podem conduzir ora ao “descampesinamento”, ora à sua reprodução enquanto camponês.

Contribuindo significativamente para se pensar a política feita por grupos subordinados, a noção de formas cotidianas de resistência traz problemáticas que ultrapassam as visões clássicas das ciências sociais.

Contudo, ao tecer argumentos sobre a importância de ações individuais inseridas em uma cultura popular de resistência, Scott observa que é impossível considerar uma comunidade envolvida em uma determinada resistência como um movimento social:

Vistas à luz de uma subcultura que as apoia e do conhecimento de que o risco para qualquer resistente singular é geralmente reduzido na medida em que toda a comunidade esteja envolvida, é plausível que as consideremos um movimento social. Curiosamente, no entanto, trata-se de um movimento social sem organização formal, sem líderes formais, sem manifestos, sem obrigações, sem nome e sem bandeira (Scott, 2011, p. 226)

A resistência cotidiana em questão se caracteriza enquanto uma luta prosaica e constante entre o campesinato e as/os dominadoras/es que procuravam extrair trabalho, comida, impostos, rendas e juros das/os camponesas/es. (Menezes apud. Scott, 2002, p. 33)

Com exemplos advindos majoritariamente das/os camponesas/es residentes em países precários, Scott mostra como que, para classes subalternas, a resistência cotidiana pode ser a única opção de ação por parte dessas pessoas, enaltecendo seu caráter de força e persistência. (Scott, 2011, p. 222)

Com forte influência de Goffman, o autor procurou compreender as relações de dominação por meio das interações sociais cotidianas, estendendo esse estudo não somente para o campesinato, mas para outros movimentos de resistência, visto anteriormente, como escravos, colonizados, dentre outros (Menezes, 2002, p. 34). Sendo possível alargar, nos dias de hoje, à movimentos feministas, LGBT's, dentre outros.

Dentro das interações cotidianas, Scott percebeu que “a maioria das formas assumidas por essa luta não chegam a ser exatamente a de uma confrontação coletiva” e que essas formas se organizam através da auto ajuda individual, sendo quase irrelevante algum tipo de coordenação pragmática:

Diferentemente dos movimentos sociais, que são expressões institucionais, coletivas, formais, públicas, as práticas cotidianas requerem pouca ou nenhuma coordenação, são informais, ocultas. (Menezes apud. Scott, 2002, p. 33)

Contudo, Scott é coerente ao afirmar que, mesmo não coordenados e espontâneos, esses atos de resistência devem apresentar uma forma consistente de atuação, evitando atos raros e isolados. (Scott, 1986, p.26)

Ademais disso, tanto os movimentos sociais como as ações cotidianas são vista como formas de resistência, discordando da separação entre 'resistência real' e resistência incidental; onde a primeira é organizada, sistemática, não-egoísta e revolucionária e a segunda, desorganizada, individuais, oportunistas e acomodadas com o sistema de dominação. (Menezes, 2002, p. 33)

Sob o prisma individual, Scott declara que traçar uma diferenciação entre resistência e atos egoístas pode ser insensatez, pois qualquer tipo de resistência traz consigo aspectos egoístas já que visam a melhoria de alguma situação dos que são atingidas/os. (Monsma, 2000, p. 100)

Conquanto, há de acontecer em determinadas situações ocorrências de movimentos de cumplicidade coletiva, seja estes envolvendo família, poder local, paróquia, etc; assumindo, mesmo que raramente, o papel de confrontação coletiva. (Scott, 2001, p. 220)

Para Fabrini (2007), as relações de vizinhança, geograficamente falando, possibilitam a formação de vínculos que formam uma comunidade potencialmente solidária, sendo possível que esse contato não seja tão harmônico assim, dependendo do interesse em questão. Essa construção pode ser vista em demarcações de lotes de terras, ocupações, etc.

Mas, a organização espacial em si, não garante o desenvolvimento de solidariedade entre vizinhos, pois são as afinidades políticas construídas na trajetória de vida que contribuem para a aproximação de pessoas em torno de ideais comuns. O espaço, condição de reprodução dos interesses de classe (capitalistas, proprietários de terra e trabalhadores), não uniformiza as relações, ou seja, não se suprime as contradições na aproximação entre vizinhos. A vizinhança aproxima os interesses comuns entre os camponeses, mas não aproxima quando se tratam de latifúndios, por exemplo, mesmo que vizinhos dos camponeses. (Fabrini, 2007, p. 11)

Os vínculos formados pela vizinhança comprovam a dimensão local da vida camponesa, visto que a sociabilidade construída entre esses grupos e famílias que vivem

próximas umas das outras forma uma característica identitária única entre eles. (Fabrini, 2007, p. 28)

Essa integração coletiva e social, além de gerar solidariedade, pode aumentar a conscientização política e elencar seus interesse - como no caso dos camponeses, a luta pela terra -, estando a consciência imbricada à relações de troca entre os pares.

O território também pode ser apresentado enquanto um forte pilar de resistência. Acampamentos, assentamentos, comunidades e bairros podem ser vistas como uma ação territorializada importante na construção da resistência e luta. (Fabrini, 2007, p. 23)

Outro aspecto advindo do território está em sua capacidade de realizar ações comunitárias e coletivas. Tais ações possibilitam maiores vínculos de solidariedade entre as famílias e vizinhos, manifestando-se em “troca de dias de serviço, mutirões para plantação, cuidado com as lavouras, colheitas, etc.” (Fabrini, 2007, p. 28)

Tais ações coletivas também podem se desenvolver enquanto um marcador de identidade política e ideológica construída no seio do processo de luta pela terra, postulando questionamentos acerca da transformação da sociedade e de quem as opera, o poder. Sendo as relações comunitárias importantes bases para a construção de uma consciência política. (Fabrini, 2007, p. 29)

Contudo, aponta o autor, essas relações nem sempre são harmônicas, solidárias e reciprocamente mútuas. É normal que haja conflitos e tensões resultando em “relações de dominação, usura, disputas políticas na tomada de decisões locais, inveja, violências e cruentas lutas intestinas”, tal qual a elite exerce sobre o campesinato. (Fabrini, 2007, p. 29)

Em situações de sujeição pessoal, a maioria dos subordinados recorrem, estrategicamente, à resistência informal e cotidiana por verem nesta a mais eficiente forma de combate silencioso. Nessa visão, ações como rebeliões, greves e outras fontes de confronto aberto são incertos demais, pois dão brecha para que organizações formais os reprimam e manipulem. (Monsma, 2000, p. 100)

As possibilidades para que essa resistência opere, segundo Scott dependerá de duas formas específicas: a primeira é referente às formas existentes de controle do trabalho e a segunda “as crenças sobre as probabilidades de retaliação, repressão e violência. (Menezes, 2002, p. 35)

Podendo ser expandida para outras esferas da vida, no controle do trabalho, greves abertas ou manifestações calorosas poderiam resultar em demissões ou até mesmo no cárcere.

Sendo assim, táticas de *slowdown* ou operações tartarugas obteriam um desempenho melhor, pois sendo ações não declaradas e anônimas, a culpabilização e aplicação de sanção é mais difícil. (Scott, 2001, p. 225).

Ao tecer um exemplo sobre o colapso do exército e da economia dos Confederados no curso da Guerra Civil nos Estados Unidos, Scott (2011, p. 219-220) refuta sobre o papel crucial das “defecções silenciosas e não declaradas. A partir do momento que cerca de 250.000 homens com plena condição de servir ao exército escapam da conscrição, o impacto ao aparato estatal é latente. Outro exemplo são as rebeliões camponesas que, mesmo sem o monopólio de armas, resistem e impedem o desencadeamento de políticas públicas por parte do Estado que as desfavorecem.

Evitando qualquer tipo de confrontação simbólica com a autoridade e normas da elite, as formas corriqueiras de resistências procuram defender seus interesses da melhor forma que conseguem, podendo adotar o que Foucault dizia sobre a condição criativa oriunda da resistência.

Suas lutas são muito mais marcadas por técnicas defensivas e silenciosas do que confrontações massivas e desafiadoras, como no embate direito. No caso das/os camponesas/es, Scott observa o processo silencioso e gradativo em que elas/es se instauram em terrenos de grandes propriedades rurais, bem como em florestas de posse estatal. (p. 222)

Pequenos atos silenciosos de resistência podem, no final das contas, desorganizar políticas planejadas pelas classes superiores ou pelo Estado que, por sua vez, pode remodelar essas políticas a níveis mais realistas ou mantê-las com incentivos positivos para que se haja uma conformidade voluntária ou empregar a coerção (Scott, 2011, p. 226). Como levantado por Foucault, a resistência é capaz de adentrar o campo de forças sem ser prevista estrategicamente pelas forças opostas.

Outra característica da resistência cotidiana está em sua perspectiva imediatista. Para Scott, além de informal e dissimulada, a preocupação em ganhos imediatos é latente nesse tipo de ação, distinguindo-se de outras formas de resistência. Sua natureza também pode não estar dirigida impreterivelmente à fontes de apropriação, mas, grande parte dos objetivos de resistentes são para satisfazer suas necessidades básicas: alimentação, renda, terra, segurança física.

Enquanto as confrontações públicas de resistências mais convencionais<sup>9</sup> busquem intervenções no plano material da luta de classes, isto é, estão preocupadas, simbólica e institucionalmente, com a mudança sistemática; a resistência cotidiana, tal como os movimentos sociais populares, embora também rejeite e vá contra os interesses de classes superiores, está concentrada em esforços com objetivos palpáveis e a curto prazo: terra, moradia, trabalho, etc. (p. 223)

Contudo, isso não romantiza as ações camponesas - objeto de análise de Scott -, tampouco as coloca como “armas dos fracos”, mas diferentemente de grande parte das ações diretas que a ampla maioria da literatura sobre resistência mostra, se utilizam de outras formas não tão convencionais a fim de estabelecer seus desígnios. Formas não convencionais essas no que se tange ao distanciamento de confrontações institucionais, visando assim a autoajuda entre os pares, mas que, ainda assim, podem desestabilizar o capital e o Estado, de modo a atuar enquanto um grupo de pressão, ao passo que reforça a luta por seus direitos. (p. 219-222)

Ao tratar de rede de movimentos, Melucci observa que essa rede é formada por um sistema de troca, cuja características propiciam o associativismo múltiplo; a militância parcial e de curta duração; o desenvolvimento pessoal atrelado a uma solidariedade e disposição afetiva para participar de pequenos grupos de apoio. (Queiroz, 2003, p. 4)

A presença política do campesinato, portanto, não deve ser relacionada apenas por meio de revoltas e pressões políticas usuais e legalistas; mas antes, a história das/os camponesas/es enquanto atriz/ator política/o deve ser lida também pela chave das formas cotidianas de resistência. (p. 227)

Além de poderes comumentes conflitantes, como o Estado e as instituições que o constituem, Scott (1979) não descarta a força da resistência cotidiana frente aos movimentos sociais. Para ele, até mesmo os ativistas podem ser alvos da resistência das/os camponesas/es ao tentar incluí-las/os em interesses que as/os mesmas/os não têm. (Monsma, 2000, p. 100)

Nesse sentido, ao escrever sobre poder e hegemonia, Scott traz uma contribuição de suma importância aos seus estudos sobre resistência no que tange a dominação política e

---

<sup>9</sup>resistências convencionais aqui, podem ser entendidas enquanto vinculadas à movimentos sociais clássicos que se identificavam “segundo o modelo dos movimentos revolucionários, entendidos como mobilizações de massa que visam apossar-se do poder de um Estado antagônico. De acordo com essa concepção, o objetivo dos revolucionários é substituir uma forma opressora de poder estatal por outra voltada para um fim distinto, mas que se utiliza de meios semelhantes. (Alexander, 1998, p. 01)

educacional da hegemonia cultural. Indo de encontro à Gramsci, o autor quebra o paradigma de que é necessário um tipo de conscientização específica para lutar contra a dominação e pontua que esse tipo de argumentação reduz as possibilidades da ação política dos oprimidos, especialmente se comparadas à seus pensamentos e fantasia de participação política.

Ainda, mostra que ao aceitar tal fundamentação de que pobres e oprimidos necessitam de uma educação e conscientização prévia ao enfrentamento da dominação se desconsidera uma série de revoluções sociais e movimentos radicais fundadas e regidas por pessoas de “consciência falsa”. (Monsma, 2000, p. 103)

Isso não quer dizer que o único interesse de movimentos sociais ao buscar participar de ações coletivas desse gênero seja com o intuito de trazer a verdadeira consciência política sobre resistência, poder e dominação; mas, acaso isso ocorra, Scott erradica qualquer espécie de elitização do pensamento e da consciência.

Outro ponto de extrema relevância na obra de Scott está na sua sensibilidade em adotar uma posição positiva mesmo nas “derrotas” que um processo de resistência pode vir a ter:

Na verdade, mesmo uma revolta fracassada pode conquistar alguma coisa: algumas concessões por parte do Estado ou dos latifundiários, uma breve suspensão de novas e penosas relações de produção e, não menos importante, uma lembrança de resistência e coragem que pode ficar guardada para futuro. (Scott, 2011, p. 218)

Muito embora delicado de se lidar, principalmente por se tratar, na maioria dos casos, de situações de cunho material e pessoal, o insucesso de uma estratégia de resistência pode trazer consigo aspectos essenciais para a evolução dessa caminhada de luta. Longe de revoluções imaginativas e futuristas, esse posicionamento de Scott elimina qualquer vestígio da resistência cotidiana sob o plano das ideias, em termos platônicos, e a coloca em um patamar real, palpável e realizável, apesar dos pesares. O ato de resistir opera, assim como outros fundamentos da vida, na lógica de pesos e contrapesos.

Refinando sua teoria sobre resistência cotidiana, em “Dominations and the Arts of Resistance (Dominação e Artes da Resistência, James Scott propõe seu entendimento em duas facetas: a transcrição pública e a transcrição oculta.

Segundo Menezes (2002), na transcrição pública, ambas as partes ou, como em Foucault, ambas as forças do campo de poder situam suas estratégias base do respeito mútuo, desmistificando a visão tradicional de que as/os dominantes sempre exercerão controle sob

as/os dominadas, pois enquanto o primeiro exerce poder, o segundo consentimento. Suas principais formas são as afirmações, os eufemismos e a unanimidade.

As afirmações ocorrem como uma ‘gramática da interação social’ (Scott, 1990, p. 47), ou seja, pequenas cerimônias denominadas de etiqueta; já os eufemismos tem a função de acobertar situações violentas de dominação e dar-lhes um ar inofensivo; por fim, a *unanimidade* são dispositivos utilizados pela classe dominante para coagir as/os submissas/os de modo que aparentemente se tenha um consentimento entre as partes.

Um exemplo interessante trazido por Scott foi no uso da palavra “pacificação”, onde o *eufemismo* operante, o coloca equivalente à ocupação e/ou ataque armado. Isto é, como forma de encobrir possíveis ações truculentas de dominação, o uso leviano de determinados termos é uma estratégia.

A transcrição oculta, por sua vez, está relacionada a observações “fora do palco”, isto é, discursos ou gestos que contradizem, afirmam ou modelam o que ocorre na transcrição pública. Em outras palavras, são possíveis situações teatrais desmascaradas fora do âmbito publicizado.

A partir dessas transcrições, Scott observa quatro variedades de discursos principais entre os grupos subordinados. O primeiro diz respeito a um discurso público da auto-imagem das elites, onde as/os dominadas/os operam na manutenção do *status quo* através de sua subordinação; o segundo é a transcrição oculta expressa em locais distantes do poder da classe dominante; a terceira variável do discurso se situa entre o oculto e o público, pois adota uma “política de dissimulação e q anonimato”; e, por fim, a variável de discurso onde há a ruptura da transcrição oculta, que se torna pública.

O primeiro discurso também pode estar atrelado à construção de um discurso público da elite. Segundo Scott, os meios de comunicação, responsáveis por transpor fatos da sociedade como um todo, não dá vazão à temática das formas cotidianas de resistência. Por mais que a elite cumpra algumas obrigações sociais a fim de se manter protetora e generosa, a difusão de certas realidades de mundo por meio de suportes de telecomunicação é limitada, de modo que as formas de resistência cotidiana não são capazes de produzir manchetes jornalísticas, pois além de só serem dignas de noticiários realidades com confrontações dramáticas (Scott, 2011, p. 227), tanto as elites conservadoras como a esquerda urbana negligenciaram a atuação desses grupos. (Hobsbawn e Rudé, 1968)

Ademais, não é de interesse do poder estatal e das elites que a insubordinação seja publicizada, pois dá a entender que a política vigente é frágil e impopular; o que resultou em quase inexistentes registros históricos sobre a resistência cotidiana. Esse silêncio traz, na concepção scottiana, uma permeabilidade de segurança das/os resistentes ao serem anônimas/os, ao passo que também permite um obscurecimento da natureza de seus atos para com a história e a ciência social. O campo científico se encontraria incapaz de “revelar as formas silenciosas e anônimas de luta de classe que tipificam o campesinato”. (Scott, 2011, p. 228)

Ao centrar sua análise na segunda e terceira variável de discurso, Scott se preocupa em analisar as formas ocultas e dissimuladas de resistência. É na somatória entre os condicionantes da estrutura social mediante o comportamento das/os individuais/os mais suas interações sociais cotidianas que se funda a epistemologia de Scott.

Grande parte do nosso comportamento, inclusive o discurso, é automática e refletem ideais comuns e não necessariamente pressupostos originários da consciência individual. Ao interpretar comportamentos, a/o observador/a deve ter isso em mente e ser cautelosa/o ao aferir suas interpretações. (Scott, 2011, p. 239)

Na política de dissimulação e anonimato expressa na terceira variedade de discurso atitudes de respeito e lealdade com duplo sentido são recorrentes, pois além de proteger a identidade de quem as faz, promove, ao menos no consciente, satisfação pessoal. Rumores, fofocas, piadas, códigos são exemplos desse tipo de prática.

Scott mostrou, em seus trabalhos (1985, 1990), vários exemplos que demonstram que as representações de respeito, reverência e admiração são estratégias para convencer as elites de reivindicações básicas que se justificam por sua clara evidência social. (Menezes, 2002, p. 37)

Sobre seu próprio comportamento, as/os agentes humanas/os também podem se contradizer e ocultar sua compreensão a respeito disso e de outros aspectos que dizem respeito a sua própria vida. (Scott, 2011, p. 239)

A observação não se torna apenas ocular, como também sensitiva e em entrelinhas e pormenores sutis, especialmente ao se tratar de classes subalternas que podem muito mais perder, ao revelar opiniões sempre ocultadas, do que ganhar alguma coisa.

Entendida como uma transcrição oculta, o conceito de resistência cotidiana acaba criticando a visão predominante que responsabilizaria às rebeliões e os movimentos sociais como explicativos à coalizões públicas.

Além de expressa por ações sem confrontação direta, a transcrição oculta da resistência cotidiana também pode se ocorrer em formas de pensamentos e símbolos, a partir de comportamentos individuais.

Para Melucci as sociedades complexas se diferem por sua multiplicidade de códigos e símbolos que, presentes nas diversas esferas da vida cotidiana, são vistos como objetos de disputa de dominação. (Queiroz, 2003, p. 3) Ou seja, dentro do campo foucaultiano das relações de força, aspectos subjetivos da sociedade, como os princípios e símbolos estruturantes advindos da perspectiva imaterial e consciente dos indivíduos, estão em constante disputa. Há, portanto, um conflito de dominação de corpo e alma.

Scott fomenta a respeito de uma resistência no plano mental, ou seja isto é, a consciência e pensamentos daquela/e que resiste, de onde desembocarão ações e comportamentos. A resistência pode ocorrer a partir da internalização interna enquanto indivíduo ou grupo que está resistindo à algo ou alguém.

Ao estudar o campesinato, Scott se preocupa com a aplicabilidade de seu conceito, a fim de que não se torna apenas uma de tantas nomenclaturas criadas no campo científico. Para tanto, entendendo que seu ‘objeto’ de análise são seres sociais e racionais, o autor se preocupa na compreensão da consciência enquanto fonte de observações metodológicas: “nem é preciso dizer que considere importante ouvir cuidadosamente os agentes humanos que estava estudando, sua experiência, suas categoria, seus valores, seu entendimento da situação. (Scott, 2011, p. 234)

A ciência social com variantes estruturalistas marxistas supunha que as relações de classes e de dominação poderiam ser inferidas a partir de características pelo diagnóstico do modo de produção dominantes, do ritmo de inserção na economia mundial e da forma que a apropriação do excedente se dava. E, embora importantes e resposta de várias problemáticas, o os dados econômicos são limitados, especialmente ao tratarmos de atrizes e atores humanos dentro de suas complexidades específicas. (Scott, 2011, p. 234)

O próprio conceito de classe deve ser revisitado. Por que mais seja válido a construção conceitual de classe enquanto “coleção de indivíduos que ocupam uma posição comparável em relação aos meios de produção”, é necessário que se reavalie se essas

determinações objetivas fazem parte da consciência e da atividade produtiva dessa coletividade em questão. (Scott, 2011, p. 235)

Fabrini (2007) afirma que as ações políticas têm fundamentos economicamente estruturalistas (macro-fundamentadas), ao passo que também se preocupam com as relações sociais cotidianas criadas por identificações culturais específicas de grupos pareados (micro-fundamentadas). Manifestações locais no campesinato tais como costumes, saberes, tradições e conhecimentos são cultivadas e expandidas como forma de ação. (Fabrini, 2007, p. 15)

Ao analisar a sociedade rural Malasiana, Scott observa um “vocabulário de exploração” oriundo de expressões linguísticas. No caso das/os camponesas/es, foram analisadas várias expressões carregadas de valores que expressam a expectativa às ações da/s/os fazendeiras/os, que deveriam ser benevolentes, generosas/os e capazes de ajudar. (Menezes, 2002, p. 36)

Os símbolos, as normas, formas ideológicas, as intenções, as ideias e a linguagem são importantes mentores em atribuir significados à prática de comportamentos ‘normais’, visto que “são dotados de intenções, valores e intencionalidades que condicionam suas ações”. (Scott, 2011, p. 229)

A consciência, portanto, tem um significativo peso para se compreender dois aspectos: o da repressão e o da contenção dos atos de resistência. (Scott, 2011, p. 231) Em outras palavras, da mesma forma que os sentimentos daquelas/es que resistem possa ser um sentimento de punição e recriminação, pode representar afeições de controle e moderação. (Scott, 2011, p. 231)

Tanto os atos de resistência como os pensamentos estão em constante interlocução, sendo estes partes para além do mundo material, que ultrapassam sentidos realistas e atingem níveis utópicos. Isso quer dizer que se tratam de alusões e sonhos que fazem parte do imaginário e transportam para os comportamentos. Sendo amplamente possível a ação a partir de sonhos e devaneios utópicos. (Scott, 2011, p. 229)

Como já visto, a resistência também pode ocorrer por meio da cultura. A exemplo da cultura das/os camponesas/es, provérbios, canções folclóricas, histórias, lendas, chistes, linguagens, rituais e religião podem ser determinantes no modo em que a resistência se moldou naquele local e em como a ordem social regida pela elite é ou não aceita. (Scott, 2011, p. 223)

Além de descrever os padrões de resistência cotidiana enquanto um comportamento distinto com implicações a longo prazo, o autor vai procurar fundamentar esse conceito a partir de suas contribuições dentro de uma estrutura de conflitos.

Se há uma cultura de resistência divergente do poder local da elite, e estas se configuram em medidas oposicionistas, o conflito é instaurado tal qual em situações de confrontos entre Estado e movimento social, por exemplo.

Se aqueles que procuram o favor pessoal das elites são evitados e repelidos por outros de sua classe, temos uma evidência de que existe uma subcultura de classe subalterna com poder de sanção. A rejeição dos valores da elite, no entanto, é raramente uma proposição que se aplique de forma igual à totalidade desses valores, e apenas um estudo mais detido dos valores camponeses pode definir os pontos principais de fricção e de correspondência. Nesse sentido, pontos de fricção só se tornam sintomas relevantes quando se centram em valores-chave da ordem social, e quando se ampliam e se tornam mais duros (Scott, 2011, p. 233)

É no estudo da consciência social das classes subordinadas que Scott inicia um debate de suma importância tanto para o campo marxista como para o não marxista: a proporção que as elites têm de implantar verdades, no que cerne a uma sociedade social justa, não somente ao comportamento das não-elites, mas sobretudo, sobre sua consciência.

Tais verdades podem ser interpretadas sob dois prismas, sendo uma delas a atuação de uma ideologia religiosa ou social hegemônica. Em Gramsci, a elite controla todos os “setores ideológicos” da sociedade que vão desde aspectos culturais e religiosos até interferências educacionais e comunicativo, através dos meios de comunicação. É através desse controle que a dominação e aquiescência é imposta. (Scott, 2001, p. 231)

Nesse sentido, as resistências cotidianas podem ser expressas tanto em ações como em pensamentos como em práticas simbólicas, que resultam em práticas materiais, (Menezes, 2002, p. 37)

Expressões corporais e linguísticas também devem ser investigadas, pois podem mostrar cenários de dominação e submissão, mesmo que integradas à transcrição pública. Cabeça curvada, olhares cabisbaixos, olhares dissimulados podem ser grandes fontes de análise, bem como práticas simbólicas de contestação e resistência: fofocas, rumores, ameaças orais ou via carta anônimas, eufemismos, etc.

É na transcrição oculta que ocorre o que podemos chamar de imaginário da esperança, visto que o contexto enfrentado se trata de uma auto-repressão pessoal ou coletiva que fere diretamente seu modo de viver, logo, seus desejos ocultos. (Menezes, 2002, p. 37)

A emoção também é um aspecto de suma importância nesse tipo de debate, pois mesmo que as pessoas condicionem suas ações sob prismas racionais com objetivos claros, o prisma emocional continua presente. Semelhante à Scott, o autor entende que:

A emoção é central para a identidade, bem como para a ação social. Os recursos e conhecimentos que se referem à estrutura não são suficientes para a ação. sendo necessária uma abordagem que articule emoção com condições e oportunidades dadas”. (Menezes, 2002, p. 39)

Enquanto parte intrínseca à vida cotidiana, a emoção também é volúvel a partir das interações e relacionamentos entre as pessoas, sendo, portanto, condicionante as suas relações de classe e situações sociais. Além de serem liberações de sentimentos que estavam reprimidos.

Para Barbalet (1992), por mais racional que uma ação possa ser, a emoção se faz condicionante e, mais, “é central para a identidade, bem como para a ação social”. (Menezes, 2002, p. 39)

O que não quer dizer que a emoção é taticamente motivada ou instaurada, mas sim que sua presença faz parte de qualquer tipo de relação e interação, seja individualmente ou em conjunto.

Dentro das relações de dominação, esses sentimentos podem ser expressos das mais diversas formas e com os mais diversos direcionamentos. Como afeta diretamente a dignidade humana, Scott mostra como sentimentos de raiva e vingança fazem parte das interações sociais que podem ser mascaradas, quando presentes na transcrição pública, “mas também o controle do que poderia ser um impulso natural para a raiva”. (Menezes apud. Scott, 2002, p. 38)

Sendo assim, o comportamento por si só nunca é auto-explicativo para entender as relações de classe e dominação. É necessário um estudo relacional entre o comportamento estritamente observado e os sentimentos e experiência expressas a partir de significados de visões de mundo. (Scott, 2011, p. 238)

No que diz respeito às críticas feitas à Scott em relação a isso, White (1986) questiona o fato das formas cotidianas serem enquadradas como “resistência”. Para ela, se tratam apenas de válvulas de escape que conotam uma falsa consciência, pois a verdadeira resistência está em práticas que, de fato, transformam o sistema dominante.

Genovese, por sua vez, enxerga que a resistência cotidiana proposta por Scott é nitidamente ambígua, visto que embora permita a conquista de direitos por parte de classes subalternas, as torna dependente das classes dominantes. (Menezes, 2002, p. 42)

Ambas as noções veem na resistência cotidiana o perigo da romantização política, isto é, processos de resistências que não cumprem o papel de enfrentamento do *status quo*. Ações feitas por grupo subalternos que embora se reformulem para além do imaginário das classes dominantes, não obtém sucesso político suficiente que é o de depreciar a reprodução das relações de dominação.

No próximo capítulo buscaremos verificar se todo o arsenal do conceito de resistência cotidiana de James Scott discutido acima, bem como suas críticas, podem ser aplicáveis à realidade urbanas - haja vista que a visão scottiana se voltou para o âmbito rural. Assim, será analisado à realidade de ocupações irregulares que, sem qualquer vinculação com movimentos sociais ou partidos políticos, buscam o direito à moradia e, conseqüentemente, o direito à cidade.

## **CAPÍTULO II - Resistência Cotidiana em Ocupações Irregulares**

### **2.1 - Sobre as Ocupações Irregulares**

Antes de adentrarmos no cerne da discussão presente no trabalho que é sobre o processo e as formas de resistência existentes em ocupações irregulares, pretendemos, a priori, situar como se deu o desenvolvimento das ocupações irregulares nas grandes metrópoles e capitais. Tendo em vista que mais adiante analisaremos uma ocupação irregular de Brasília/DF, capital do país, entendemos como necessário situar em que plano histórico, geográfico e político se desembocou a atuação desses tipos de ações.

A discussão sobre o “nascimento” das ocupações irregulares está intrinsecamente relacionada ao processo de urbanização e industrialização brasileira, sendo esse o nosso ponto de partido explicativo.

Ao analisar o processo de urbanização na América Latina, Fernandes (-, p. 1) mostra como este padrão de urbanização está diretamente ligado à processos de exclusão social e segregação espacial, tendo uma estimativa em que um/a a cada quatro cidadãos/os latinas/os americanas/os tem acesso a terra urbana e a moradia nas cidades por meio de processos informais.

Para Ermínia Maricato (2003), o espaço urbano em que atualmente estamos inseridos é reflexo de uma série de implicações históricas que derivam desde o período colonial e imperial. Período brasileiro característico, o coronelismo é marcado pela concentração de terra, renda e poder, bem como por sua política de favores e trocas de interesses.

A aplicação de leis, nesse período, mantinham o privilégio e o poder concentrado no interior das cidades, ao passo que possibilitaram a crescente desigualdade social impregnada no território urbano. As metrópoles obtinham importância substancial nessa estrutura, visto que nelas estavam o polo comercial de bens primários exportados pela Europa.

É nessa época também que a mão-de-obra livre começa a emergir e o processo simultâneo da urbanização e industrialização se inicia sob o “lema positivista da ordem e do progresso”. (Maricato, 2003, p. 151)

Na década de 1930, além das mudanças no âmbito político, o trabalho urbano é regulamentado e a migração campo-cidade se torna ainda maior. Sendo a oportunidade que faltava para a população migrante em melhorar de vida e se inserir ativamente na economia da metrópole, as pessoas não tinham condição de comprar uma moradia na chamada “cidade formal” e, por isso, se deslocavam à áreas ocupadas irregularmente.

A migração cada vez mais recorrente e crescente, a partir dos anos de 1980, se desemboca na expansão das chamadas periferias urbanas que, por sua vez, se expandem mais do que núcleos ou municípios centrais nas metrópoles, gerando uma segregação espacial e populacional, também. São regiões que além de divididas regionalmente, apresentam condições materiais diferentes e, com isso, realidades e interações sociais específicas.

A intensidade do processo migratório campo cidade que configura uma reversão demográfica: se aproximadamente 10% da população era urbana no final do século XIX, no final do XX aproximadamente 20% dela é rural. Essa grande massa que se instalou nas cidades, o fez por sua própria conta e risco. Nessas condições podemos dizer que a ocupação ilegal de terras é parte intrínseca desse processo. Ela é, de fato, institucional. (Maricato, 2003, p. 158)

E, pela primeira vez na história do Brasil, há áreas de concentração de camadas populares, mostrando o recorrente uso do solo para a ocupação e a exclusão social de ordem econômica, haja vista que as áreas ocupadas foram locais rejeitados pelo mercado imobiliário privado, tornando-se regiões desvalorizadas. São instalações em: “beira de córregos, encostas dos morros, terrenos sujeitos a enchentes ou outros tipos de riscos, regiões poluídas, ou áreas de proteção ambiental (onde a vigência de legislação de proteção e ausência de fiscalização definem a desvalorização).” (Maricato, 2003, p. 154)

Pode-se observar também outras diversidades de processos de informalidade na América Latina, que mesmo unificadas na falta de infraestrutura urbanística e ambiental, se distinguem nas implicações jurídicas:

As mais comuns são certamente as ocupações informais de áreas públicas e privadas, seja em favelas, vilas ou outras formas de ocupação irregular seja pela compra de lotes e/ou de casas de loteamentos clandestinos, piratas e irregulares. Há porém uma série de outros processos informais menos conhecidos e discutidos, como o adensamento dos cortiços, o crescimento das agro-vilas que viram verdadeiras cidades, a proliferação de casas de frente-e-fundo, as ocupações de áreas ribeirinhas que vão se formando informalmente, etc. (Fernandes, 2006, p. 01)

Além disso, a segregação urbana não atinge apenas níveis habitacionais, sendo ampliada à dificuldades de acesso aos serviços básicos: transporte, saneamento, saúde, educação e creches, dentre outros. Somando à isso, a baixa oportunidade de emprego formal, a convivência com a constante violência, seja ela marginal ou policial e o risco de enchentes e desmoronamentos mostram como a marginalização desse grupo específico atingem quase - se não todas - as esferas de suas vidas.

As mortes por desmoronamento, causadas pela ocupação irregular de encostas, têm crescido a cada ano. Entre 1988 e 2003 morreram 1.303 pessoas por esse motivo, destas, 53 foram mortas nos primeiros cinco meses de 2003. Dos habitantes de áreas urbanas, 60 milhões aproximadamente não têm coleta de esgotos e do esgoto coletado 75% é jogado *in natura* nos córregos, rios, lagos, praias etc. (SNIS/Mincid). A população moradora de favelas cresce mais do que a população urbana. Nas metrópoles, as periferias crescem mais do que os bairros ricos (IBGE). [...] E quem mais sofre são os que habitam a periferia de forma ilegal e as favelas, pois os levantamentos mostram que aí, as taxas de homicídios são muito mais elevadas. (Maricato, 2003, p. 161)

Dentre essas e outras implicações de ordem jurídica e social, Fernandes (p. 3) destaca a falta de acesso ao crédito formal bem como à direitos básicos, como o direito de ter um endereço. Sem endereço oficial, essas/es moradoras/es estão impossibilitados de receber correspondências, “o que, dentre outros fatores, têm levado à discriminação sistemática dessas pessoas no mercado de trabalho.”

Para Maricato, a exclusão social pode ser caracterizada por alguns fatores como: a pobreza, a escolaridade, a raça, o sexo, a origem, a ausência de cidadania e, especialmente para esse trabalho, a ilegalidade e a irregularidade.

Embora Maricato centre sua discussão nas periferias urbanas, se levarmos em consideração que as áreas de concentração de pobreza são irregulares e ilegais, podemos abranger a obra da autora para a situação de favelas, invasões, ocupações irregulares, loteamentos clandestinos, conjuntos habitacionais ocupados, etc.

Afinal, se trata de uma massa de migrantes que não teve acesso ao mercado imobiliário privado, tampouco as políticas públicas de habitação que deveriam ser oferecidas pelo Estado. Estado esse que, ao que parece, admite o direito à ocupação, mas não a cidade. Em Brasília, isso pode ser comprovado com a criação das cidades-satélites.

Segundo Peluso,

O movimento de expansão econômica, de produção espacial e de elaboração mítica apresentaram Brasília como o instrumento do desenvolvimento e “a afirmação de um novo Brasil, industrializado e independente” (Aubertin et Peluso, 1990: 733). Nas formas que Lúcio Costa, arquiteto, urbanista e intelectual, imaginou para o Plano Piloto da nova Capital, estava contida toda a movimentação, ideais e ideologias do período nacionalista e desenvolvimentista do período Juscelino Kubitschek. Brasília seria uma cidade dedicada ao exercício tranqüilo e ordenado do trabalho, do lazer, da moradia e da locomoção. (2003, p. 8)

Essa esperança de um projeto urbano modelo que alocasse somente segmentos da tecno-burocracia e classes prestadoras de serviços logo se culminou, graças a aparição de novos segmentos ligados ao trabalho braçal. A alternativa de planejamento proposta, para a autora, foi conservadora: trata-se de um estilo de periferização e regulação da massa trabalhadora.

O mais novo centro político e administrativo do país começa a ser o âmago da esperança por parte de migrantes, tornando Brasília um considerável núcleo de população e recursos. Lopes e Costa (2005, p. 3) observaram que a ocupação desse território acelerou-se

graças a realização de medidas de infra-estrutura economia, a saber: transportes e comunicação, redes de energia e armazenagem.

Contudo, embora o número de habitantes estivesse cada vez maiores, o Governo do Distrito Federal tomaram algumas providências, em especial: fixar Brasília em caráter irreversível e evitar a fixação de migrantes pobres. (Peluso, 2003, p. 10-11)

O resultado disso foi um processo de periferização que, a priori, seria resolvido com a construção de cidades-satélites. Foi próximo a Cidade Livre - primeiro núcleo de serviço, comércio e lazer desenvolvido para a população que antes estavam dispersas em acampamentos e invasões - que se instauraram as primeiras ocupações da capital. Esse espaço cedido tinha prerrogativas temporais e terminativas, pois deveria ser desocupado quando Brasília fosse inaugurada.

Para além da quantidade de lotes cedidos, novas invasões foram surgindo e, em 1958, “as invasões haviam aumentado muito e nelas se misturavam profissionais liberais, professores da rede local e migrantes sem função definida na cidade.”

A velocidade desse crescimento, projetos como as Cidades Satélites tiveram que ser implementados a fim de conter e evitar a propagação desordenada de núcleos periférico cujo localidade não estariam previstas, tampouco em condições de morar. As Cidades Satélites, portanto, seriam

núcleos planejados, divididos em áreas distintas com delimitação das quadras residenciais e comerciais, áreas determinadas para a localização de estabelecimento de ensino, hospitais, supermercados, etc, onde o predomínio seria de moradias de “tipo popular” evidenciando suas condições de “cidades dormitórios” e o caráter segregador da organização do seu espaço. (Lopes e Costa, 2005, p. 14)

Preocupado, Lúcio Costa - co-fundador da Capital - escreve em seu relatório do Plano Piloto: “Neste sentido, deve-se impedir a enquistação de favelas tanto na periferia urbana quanto na rural. Cabe à Companhia Urbanizadora prover dentro do esquema proposto acomodações decentes e econômicas para a totalidade da população.”

Para Maricato esse processo separatista é evidente. A ocupação irregular tolerada é aquela que não interfere a circulação central que promove o lucro imobiliário privado. As cidades satélites, portanto, são criadas apenas como canalizador e apartamento segregacionista de classe.

Se, por um lado, o crescimento urbano foi intenso durante décadas, e o Estado teve dificuldades de responder às dimensões das demandas, de outro, a tolerância para com essa ocupação anárquica do solo está coerente com a lógica do mercado fundiário capitalista, restrito, especulativo, discriminatório e com o investimento público concentrado. (Maricato, 2003, p. 160)

A 25 km do Plano Piloto, Taguatinga foi a primeira cidade-satélite oficialmente criada - embora Brazlândia e Planaltina já existissem antes da campanha de JK pela presidência, as mesmas receberam esse status um tempo depois. Logo após, em 1960, surge o Gama, Sobradinho e Guará.

A Cidade Livre que deveria ser demolida após a inauguração do Plano Piloto e a população residente remanejada para a Asa Norte e cidades satélites, foi alocado em um núcleo periférico urbano - que atualmente se chama Núcleo Bandeirante, graças a resistência da população que queriam um espaço efetivamente delas/es.

Em 1971, quando criada Ceilândia, “o DF já estava organizado como um espaço diferenciado para abrigar as classes sociais contraditórias e reproduzir as relações sociais que deveriam ser superadas.” (Peluso, 2003, p. 14)

Atualmente tanto essas cidades, como outras cidades satélites existentes no DF não alocam somente ocupações irregulares; contudo, o principal motivo da explanação histórica trazida acima foi mostrar que o limite da ocupação urbana do Plano Piloto - principal área de circulação econômica da capital - é limitado, por razão do planejamento regional (Martins e Neto, 2013), gerando um processo de periferização por meio das cidades satélites, permitindo um exclusão social. Conquanto, seja em loteamentos ou barracos, ocupantes que outrora utilizavam de terras isoladas pelos quatro cantos da cidade, hoje residem e disputam espaço de poder tanto em cidades satélites como em áreas de grande circulação ditas como o centro da cidade, o Plano Piloto, onde, embora em menor quantidade, há loteamentos populares ou residentes de classes populares.

Além da estrutura populacional advinda do processo de migração do centro para as cidades satélites, a perspectiva econômica também sofreu algumas modificações. Na década de 70, com a migração cada vez mais latente, os aluguéis e a compra de terrenos do centro urbano se tornaram mais caros, o que transportava um número cada vez maior de pessoas para as cidades satélites.

Esse processo de valorização da terra não atingiu apenas as áreas centrais, sendo similarmente reproduzido nas periferias. (Lopes e Costa, 2005, p. 14)

Com o intuito de vender lotes a um custo menor e com a venda da terra melhorar a infraestrutura das cidades, em outubro de 1984, o Governo do Distrito Federal licitou os primeiros lotes para moradores de baixa renda, “principalmente cooperativas dos escalões inferiores das Forças Armadas, e lotes maiores, no Setor de Mansões para pessoas de rendas mais elevadas.” (Peluso, p. 16)

A Capital Federal se fraciona em inúmeros núcleos habitacionais, enquanto o Plano Piloto planeja acréscimo de populações de alta e média renda.

Em meados da década de 80, o governo aprovou um plano de expansão para o Plano Piloto, chamado “Brasília Revisitada” (1985-1987), de autoria do próprio Lúcio Costa, que previa a construção de seis novas áreas a serem entregues à iniciativa privada, destinadas para as classes média e alta, das quais apenas uma, o Setor Sudoeste, foi implementada, mas ainda não totalmente concluído. (Peluso, 2003, p. 17)

Em 1989 quando houve a eleição direta para governador e distritais, as promessas de habitação eram inúmeras, visto que a população carente seria um significado eleitorado nas urnas. Vários assentamentos tiveram título de cidades-satélites, como Santa Maria, Riacho Fundo, Recanto das Emas e São Sebastião, e o grande problema da ocupação parecia ter acabado.

Como mostra a Tabela abaixo, o grande impasse da migração populacional parece ter sido resolvido com a criação das Cidades Satélites que, no final das contas, tornaram-se grandes centros urbanos de núcleos periféricos que abrigam mais de dois terços da população brasiliense. (Lopes e Costa, 2005, p. 4)

**Tabela 1: População residente no Plano Piloto e nas cidades satélites do Distrito Federal(1991-2000)**

<b>Distrito Federal</b>	<b>1991</b>		<b>2000</b>	
	População total	% sobre População total	População total	% sobre população total
<b>Plano Piloto</b>	313141	21,31	319947	15,17
<b>Cidades satélites</b>	1156389	78,69	1788841	84,83
<b>Total</b>	1469530	100	2108788	100,00

Fontes: Censos Demográficos 1991 e 2000

Todavia, como mostra Peluso (2003), há em curso outro processo de ocupação que são as apropriações irregulares e clandestinas, marcadas pela contínua falta de alternativas habitacionais oriundas do mercado imobiliário, que a cada dia segue a lógica capitalista do lucro desenfreado, e da limitada promoção de políticas públicas sociais de habitação.

A dificuldade está em apresentar alternativas para que grande parte da população não seja forçada a invadir terras para poder morar. Em outras palavras, o desenvolvimento, urbano incluído exige que se atue em dois eixos: urbanizar e legalizar a cidade informal conferindo-lhe melhor qualidade e *status* de cidadania e produzir novas moradias para aqueles que, sem outras saídas e recursos técnicos ou financeiros, invadem terras para morar. (Maricato, 2003, p. 163)

Se tomarmos como base o argumento de Scott ao indagar que a literatura da época compreendia os grupos camponeses enquanto conformados, acomodados e/ou submissos (Menezes, 2002, p. 32) por serem um grupo cuja práticas de resistência se diferem da costumeira, busca-se é indagar se no meio urbano isso também procede, visto que ambas as práticas configuram-se enquanto formas de habitação diferenciadas.

Através do estudo empírico de uma ocupação irregular do Distrito Federal, no próximo item desenvolveremos o processo de ocupação da região, bem como as vivências de resistência e luta por parte das/os moradoras/es, de sorte que se compreenda suas formas de luta inerente às relações de dominação.

## **2.2 Sobre a Resistência Cotidiana em Ocupações Irregulares**

Até então procuramos refinar o debate acadêmico e trazer subjetividades acerca da ação política, podendo ser organizada para além das organizações formais, na forma de sindicato, movimento social e/ou partido político, que utilizam formas usuais e tradicionais de resistência e luta - como no caso do confronto direto.

Caracterizados enquanto manifestações oriundas da sociedade civil, que pretendem contestar a ordem vigente e a maneira organizacional da sociedade, os movimentos sociais são vistos como o principal condutor da revolução e da transformação social. (Fabrini, 2007, p. 12)

Segundo Fabrini, foi em meados de 1970 que houve o surgimento de diferentes sujeitas/os sociais que não se sentiam contemplados em suas complexidades com a única

estrutura confrontante do momento, o movimento operário. Dando origem a novos movimentos sociais cuja diretriz se centra na organização comunitária onde a tomada de decisão é partilhada, e se contrapõem às formas tradicionais de luta e organização política.

Nosso principal foco de análise são ocupações organizadas apoliticamente, isto é, sem a presença de uma organização política formal por parte de coletivos e movimentos sociais, que, por determinados motivos, decidiram lutar pela terra de forma burocraticamente ilegal, por meio de periferias, favelas e ocupações irregulares e/ou clandestinas.

Embora esteja falando das lutas camponesas, podemos fazer uma analogia no que se refere às classificações de ação política de Shanin (1983). Para ele, as interferências políticas podem ser classificadas em três ações principais. A primeira ação é realizada independente de classe, onde essa classe social se finca na presença do conflito; a segunda é uma ação política dirigida, mediante um grupo organizado que unifica o grupo; e a terceira ação, e a que mais nos interessa, diz respeito à uma ação política sem “forma definida e completamente espontânea, podendo se manifestar de duas formas: ‘motins locais’, com explosão rápida de revolta e controlada com facilidade pelo poder central e ‘passividade campesina’, como a forma de resistência. (Fabrini apud. Shanin, 2007, p.16)

A partir do estudo empírico de uma ocupação do Distrito Federal, pretende-se aqui revisitar a história de luta e resistência das/os ocupantes da região, na tentativa de compreender a dinâmica de vivência destes, tendo em vista a presença de relações de poder – externa e interna – e o desenvolvimento de uma resistência que não foi fundada segundo os parâmetros mais usuais e recorrentes dos movimentos sociais.

Localizada à X quilômetros do Plano Piloto, a denominada Ocupação da Placa da Mercedes ou Ocupação da UPA do Bandeirante localiza-se na divisão entre o Núcleo Bandeirante e o Riacho Fundo 1. Situada bem próximo à uma das rodovias de maior circulação do Distrito Federal, a EPNB, a ocupação foi fundada há 8 anos e hoje cerca de 10 famílias residem ali, tendo uma rotatividade relativamente baixa entre as/os moradoras/es.

Foram entrevistados três moradoras/es: uma das primeiras ocupantes da região, Antônia, seu filho João - que residem ali há aproximadamente 8 anos - e Amanda<sup>10</sup>, moradora da ocupação há 5 anos. Inicialmente, a entrevista começou com Antônia e Amanda e, ao decorrer dela, João chegou com seu carrinho de tombador e um notebook na mão que achou no lixo, contribuindo para nossa conversa.

---

<sup>10</sup> todos os nomes citados são fictícios

Logo na primeira pergunta, ao indagadas sobre o tempo que estão ali, Antônia, que desde o início se encontrava cabisbaixa e pensativa, disse:

Essa menina também oh (referindo-se a Amanda)...ela mora ai **nessas poeira** também, mora ali em cima... Ela tá sofrendo demais rapaz, o pessoal do governo disse que vai ajudar nós, ajudar nós e nada de ajudar e nós 'fica' nessa ai, a menina tá até doente ai oh, é muita poeira, muita terra...

Não só nessa fala, como em outros momentos, a desvalorização do local e a precarização que estão sujeitas/os eram falas frequentes entre as/os ocupantes. No pronunciamento supracitado, é possível perceber um tom de desgosto e preocupação, pois além de ter sua moradia em condições precárias, os direitos fundamentais básicos como a saúde são postos em risco, devido às condições financeiras e o desamparo estatal:

Antônia: Não dá pra gente comprar de remédio, pra tá doente. Olha ai ó, ela (Amanda) vai passar pelo médico e vai vir uma receita deste tamanho pra bacinha tomar remédio. Cadê, onde é que ela vai achar dinheiro? Ai nós fica sofrendo desse jeito.

O principal motivo que as fizeram morar ali, onde Amanda relatou antes ser “só os matos” foi a sobrevivência. Nascidas em outros Estados, principalmente do Nordeste, vieram para Brasília tentar uma vida melhor mas depararam-se com o desemprego e os altos preços dos aluguéis.

Como mostra Peluso (2003), não inseridas no mercado imobiliário privado, a única alternativa de vida são as formas de moradia irregular. Tal mercado sob a ótica do consumo e arrecadação, colocam preços exorbitantes, desincentivando as classes populares à moradia regular, especialmente os migrantes advindos de outras localidades. Ou se levantava “barraquinhos”, nas palavras de Antônia, ou morava na rua e virava morador/a de rua, sendo expostos a assaltos e até morte.

Amanda: Tacaram fogo, ai a gente fica aqui mesmo. Mesmo assim a gente ainda fica com medo de dormir pq aqui a gente não tem segurança, não tem cerca nem nada. Aqui a solução é só os cachorro mesmo quando lati, se não for.

Embora exista o auxílio aluguel como incentivo do governo até que se consiga um emprego, elas dialogam:

Amanda: Aluguel muito caro. Até aqui por aqui perto era muito caro também.

Antonia: Ai nós 'pega' o auxílio de aluguel lá, mas eles agora só dá dois meses ou é três, né Amanda:?

Amanda: É três meses.

Antonia: Três meses que dá. E depois de três meses comé que nós 'vamo' ficar? 'Comé' que nós 'vamo' pagar o aluguel?

[...]

Amanda: É só por enquanto, até você conseguir um serviço pra você pagar aluguel.

Juliana: Mas vocês já conseguiram esse auxílio?

Amanda: Não. A gente já tentou auxílio aluguel e auxílio vulnerabilidade que é 400 reais de ajuda por mês.

Juliana: E ninguém conseguiu?

Amanda: Não. Até hoje não saiu. Só sai o Bolsa Família mas mesmo assim é de 46,00 pra baixo.

Sem grandes auxílios do Estado, a ocupação sobrevive de doações de roupas e cestas de alimentos. Contudo, essas doações também estão cada vez menos frequentes. Embora seja um lugar visível à população, no final do ano de 2016 eles receberam uma cesta de alimento, sendo essa partilhada entre os barracos. Ao recorrer ao Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), a recepção não foi diferente:

Amanda: Já 'fomo' no CRAS pra pedir cesta e nada deles liberarem. Tem que ser um caso da mulher... Quando a gente chega lá, tem que ser um caso de emergência, emergência, em último caso. É desse jeito!

Antônia: Fui lá no CRAS ontem, lá eu e meu marido pedi as coisas, a cesta, ela perguntou e disse: " Dona Antônia, a senhora tá morrendo de fome? Eu digo: Dona, eu não tô morrendo de fome não, mas se eu vim aqui atrás da cesta eu tô precisando, não é não? Pq o dinheiro que nós tira é uma mixaria [...] comé, do Bolsa Família, num dá pra nós fazer feira não, não dá não, não dá pra fazer feira não. Quanto num é um pacote de arroz? E nós ganhano uma cesta já é uma ajuda, não é? Já é uma ajuda!

Nesse momento, é inevitável não observar o tom de irritação, pois mesmo que haja uma relação com o Estado, por meio do CRAS e da CODHAB - que posteriormente será discutido -, essa relação é nebulosa. Tratando especificamente sobre alimentação e necessidades básicas, o retorno só vem mediante urgência que a própria Instituição julga ter ou não. As possibilidades frente à isso é recorrer ao apoio da população e em serviços alternativos como a reciclagem e o bicos instáveis como servente, pedreiro, jardineiro haja vista o exemplo do João.

Ao que podemos perceber as doações que outrora receberam são, em tese, compartilhadas, sendo um importante indício da integração social e coletiva entre os residentes daquela ocupação (Fabrini, 2007). Nutrindo a solidariedade e empatia, tais atos podem aproximar tanto fisicamente como conscientemente essas famílias. Vistas sob uma mesma ótica de precariedade e desigualdade material, tendo que recorrer a benevolência de terceiros, a relação de troca pode se dar a nível estrutural, na partilha dos alimentos, e a nível de conscientização política, uma vez que estar nessa situação leva a reflexões, logo, à questionamentos.

Contudo, ao decorrer da conversa, foi mencionado o fato de algumas doações não serem partilhadas, a depender do barraco que se entregue. Segundo Amanda e Antônia, alguns ocupantes ficam com todas as ofertas para si e suas famílias. A respeito disso, James Scott declara que não necessariamente a resistência está desvinculada de atos egoístas, pois é normal que se haja disputas sobre coisas que melhoraria a situação das/os atingidas/os, basta ver a entrega de alimentos.

Sendo assim, morar ali além de ser questão de sobrevivência e a única solução tangível. Resistir às adversidades e desafios, como a falta de consideração, a exposição à violência e as condições insalubres de vida é a única opção de ação por parte dessas pessoas, assim como mencionado por Scott no caso do campesinato. (Scott, 2011, p. 222)

De acordo com Amanda e Antônia, o maior desafio ao morar ali é a constante possibilidade de derrubada de seus barracos. Em diversas ocasiões, o ato é recorrente e geralmente se derruba um ou dois barracos por episódio. Há dois anos atrás, por exemplo, o barraco de Amanda foi derrubado devido uma denúncia feita à AGEFIS. Posteriormente, quando João participou da entrevista, ele nos contou como ocorreu a derrubada de seu barraco, um dia antes do Natal de 2015:

Antônia: Vai olhar o barraco dele ali atrás, tá caindo... quando chove, a água cai toda dentro de casa...

João: Tô precisando de uma lona pra pôr, porque lá não é de telha, lá não pode forrar de telha porque não tem como parafusar... Na época, quando derrubaram o meu ali, era no Natal... aí eles derrubaram e ‘deixou’ eu e minhas crianças ‘numa’ chuva.

Juliana: Quem derrubou?

João: A CODHAB, a Administração. Foi, derrubou... Aí eu na doida peguei e mudei o barraco pra cá.

Juliana: Como foi isso?

João: Eles ‘veio’ com a polícia, o Conselho Tutelar...

Antônia: Já veio os ‘caminhão’ pra levar as coisas...Manda nós pra abrigo... Quem vai morar em abrigo? Meu barraco não era aqui, meu barraco era ali oh... Ai a administração veio, derrubou, chuva que Deus dava, eu não tinha tanta assim de coisa não, mas ficou tudo na chuva, ai eu perdi tudo.

João: E era aquela chuva de vento, pq a chuva daqui é de vento, sabe? A chuva quando ela vem, ela vem com vento pesado. Eles derrubaram perto do Natal, cara, faltava um dia pro Natal.

Antônia: Foi um Natal triste que nós ‘passamo’.. [...] Tava dando meia-noite e eu tinha fazido só a armação do barraco.

João: Ai eu fiquei igual um doido carregando madeira nas costa sozinho, cavando buraco.

Antônia: Meu vei foi buscar essas madeiras lá no Riacho. Ai pego um pedacinho de lona e fez uma cabana, pa nois esconder os panos.

João: Ai joguei os meninos no meio das bolsas, no saco de roupa. Pus um fogo de lenha, a ‘muié’ já começou a ‘faze’ um rango. Quando foi lá pras duas horas da manhã eu terminei de fazer o barraco. Ai ‘descemo’ lá embaixo, ‘compramo’ umas velas, metemos no barraco pra todo lado até o outro dia, pq eu mexo com instalação.

Assim como a luta prosaica entre o campesinato e os dominadores que Scott trabalha, a realidade das ocupações irregulares não é diferente. O constante entrave com instituições administrativas e com o governo em lutar pela terra e pelo seu trabalho, tendo em vista que após a demolição dos barracos muitas coisas oriundas do trabalho da reciclagem foram destruídas, um dos índices mais latentes de resistência naquele local é no seu direito à terra.

Apesar das situações de sujeição, a insistência em permanecer naquele território é constante. Em todas, exatamente todas as vezes em que as/os três ocupantes relatavam os casos onde seus barracos foram demolidos, a entoação e mesmo as palavras - mesmo que com semblante triste de esgotamento psicológico - de Antônia, moradora mais antiga de região, demonstrava como tirá-las/los dali seria difícil e que a única possibilidade seria com a casa própria. Podendo se alojar em outras regiões do Distrito Federal onde não seriam tão visadas/os, preferem reconstruir seus barracos sob o contínua ameaça de despejo.

Amanda ao contar do episódio do seu barraco, imediatamente disse “ a gente só esperando eles embora, aí ‘começamo’ a fazer um negócio de construção aí embaixo e pego as maderas e trouxe nas costas e a gente fez o barraco lá e estamos lá”.

Nesses momentos de revisitação das histórias de reconstrução dos barracos, Antônia sempre se mostrava inquieta e, enquanto Amanda e João não foram na administração reclamar dos acontecidos, ela foi. Diante disso, perguntamos se havia alguma espécie de liderança formal, e negaram. Contudo, é possível perceber por parte de Antônia uma figura importante dentro daquela ocupação, seja no amparo de famílias com barracos demolidos,

seja no seu contato com os órgãos estatais sobre medidas que atingem toda a ocupação. Semelhantemente ao conceito de resistência de pequena escala trazida por Scott, onde mesmo sem a presença de um/a líder formal ocorre uma resistência individual “que pode impor limites e confrontos tão quanto ou até mais do que uma organizada pelos movimentos sociais” (Monsma, 200, p. 100), isto é, com efeitos coletivos.

Além de ações comunitárias como no caso das doações já citadas, o território também se expressa enquanto um forte ponto de colaborativo de ação coletiva. São nesses casos de extrema fragilidade que as condolências entre os pares, seja ajudando a construir novamente o barraco o auxílio com um prato de comida, é vista. (Fabrini, 2007, p. 28)

O risco eminente nesse tipo de alocação não deriva só de uma violência por parte da sociedade com tentativas de furtos e roubos, mas uma violência estrutural advinda de instituições que deveriam amparar-las, mas ao contrário, as mantêm refém de sua própria vivência, afinal querendo ou não a moradia que as caracteriza enquanto uma classe subjulgada..

Sendo uma classe subjulgada, preconceitos e discriminações são recorrentes na vida dessas pessoas. Além de situações de destratamento e desconfiança em órgãos públicos, como o próprio CRAS, bancos e a Receita Federal, um caso enfatizado por João é o acontecimento que ele vive atualmente na escola de suas filhas.

João: Na escola lá dos meus fi, eu recebo reclamação direto da escola lá, chama de favelado, e os outros chama lá meus fi de favelado e eles mete a ‘taca’ lá na escola lá e eu tenho que ir lá.

Antônia: Chama de favelado. Tem menino na escola que diz que a gente vive comendo do lixo, não sei o que.... humilhando, humilhando a gente.

[...]

Alex: Chama de lixeiro, chama de ... isso aí que a gente vive é dizer que a gente tira a sobrevivência, do material de reciclagem que a gente tira a sobrevivência. Pra eles, pra muitos aí o cara vive do lixo, né...que não é um trabalho digno, para eles não é um trabalho digno, mas pra nós é, a gente vive disso.

Amanda: Melhor assim do que roubar. Que é muito fácil você roubar, passar o mês todinho trabalhando e chega bem ali mete uma faca no pescoço e pega o celular.

João: Rapaz, última vez que eu fui na reunião,é por isso que eu não gosto de ir... eu fui na reunião lá e uma mulher... rapaz eu to esperando a próxima pra eu ir lá, a reunião é agora... vou levar a Rosana (nome fictício) pra ir nas festas junina e tem gente que faz assim oh, tira as criança de perto dos meus ‘fi’ assim oh. Uma vez eu chamei assim, ei moça vem cá, deixa eu falar uma coisa procê: você é melhor que eu em qual parte? Na cara dela, vc é melhor do que eu em qual parte? Em qual parte que a senhora é melhor do que eu? Só pq eu não tenho uma condição boa e vivo de material de reciclagem e trabalhando vc quer desfazer dos outros? Rapaz acho que a senhora tem que ter mais humildade no coração. Do jeito que eu cago você caga

também, rapaz todo mundo ficou olhando... Rapaz, eu falo mesmo, não aguento essas coisas não... Agora vou levar, você vai ver oh, vou levar ela na festa junina agora que vai ser a festa junina, você vai ver, deixa eu pegar umas pessoas olhando, você vai ver...

Maria: Só pq mora numa casa boa, né? Tem um carro pra andar, né?

Como já mencionado por James Scott, dentro da transcrição pública também devem ser investigados expressões corporais e linguísticas. Nesse sentido, a escola pode ser vista como um local de transcrição pública, onde pessoas de classes submissas (as/os ocupantes) expressam práticas simbólicas de resistência, neste caso as ameaças. São pequenos atos de confronto com quem se julga superior que mostram que, embora insatisfeitas/os por e não ter uma moradia regular e se encontrarem nesse tipo de situação, há uma resistência claramente exposta no sentido de impedir a retaliação e dominação em forma de preconceito

São dificuldades dentro da própria ocupação, na escola e no mercado de trabalho, também. João, que tinha acabado de procurar nos lixos das cidades próximas utensílios que pudessem ser úteis à ocupação, fala sobre a dificuldade de encontrar emprego fichado por dois motivos: a burocracia e a desvalorização.

Como já visto por Fernandes (p. 3) a falta de um endereço oficial está diretamente ligada à discriminação sistemática do mercado de trabalho formal, e mesmo que uma pessoa faça de tudo um pouco - como no caso de João que é a pessoa da ocupação que arquiteta os barracos, que conseguiu trazer energia elétrica para alguns barracos, dentre outras funções - a reciclagem e a sobrevivência por meio de doações é a única saída, visto que até os trabalhos alternativos, ou os famosos bicos, tratam essas pessoas em condições precárias sob a ótica da mão de obra barata, logo uma forma de dominação material. Sem condições financeiras e sem endereço fixo, João não tem documentos para poder concorrer à um trabalho fixado, tampouco dinheiro para pagar a multa de retirada.

João: Trabalho com material. Eu sou pedreiro, sou jardineiro, o que aparece eu to fazendo. O que aparece eu faço. [...] Esses dia tava trabalhando pra um cara ali, mas só que... Trabalhei pro cara ali montando um galpão... Mas, como é que trabalha? Cinquenta conto o dia de serviço. O cara trabalha o dia todinho carregando peso por cinquenta conto? Porque se eu sair com esse carrinho ai oh, na rua, de meio-dia até... De manhã até meio-dia, eu já to com cinquenta real no bolso. Passar o dia todinho por aí pra se lascar.

Contudo, a principal e mais preocupante dificuldade colocadas pelas/o entrevistadas/o é na garantia de uma casa própria. Nos termos de Amanda, elas/es “vão empurrando com a barriga” na espera pelo cumprimento de uma promessa feito há anos atrás: de uma habitação ou um terreno regularizado. Antônia, que espera há mais de 6 anos, disse que ninguém pode construir novos barracos ali, pois todas as famílias residentes já receberam a promessa de uma casa própria e, caso construam, “derrubam e não dá nada pra ninguém”. Mesmo que explicitamente não haja nenhuma regra imposta, o fato de novas famílias não poder se alocar ali já é um entendimento mantido dentro da ocupação. Para Antônia, tem que haver uma diferenciação na entrega dos lotes, pois quem chegou agora na ocupação não se compara à ela. Sua luta e resistência embora muitas vezes vocacionadas coletivamente em nome de toda a ocupação, apresenta interesses individualistas como na preferência em receber o lote.

Antônia: Eu ‘seje’ lá onde for, onde der minha casinha eu vou. Coloco meus caco num caminhão e levo...

Juliana: Vocês acham que tem diferença para o governo estarem aqui por tanto tempo?

Antônia: Tem, tem... tem pq oh eu aqui fui a primeira que chegou aqui fui eu e o rapaz que mora ali em cima, esses aí chegaram agora a pouco... tem diferença sim, eles não podem chegar assim e tirar eu assim não.

Juliana: Porque?

Maria: Porque faz muito tempo que eu tô aqui, faz muito tempo.

A preocupação na casa ou somente o terreno regularizado, visto que já houve a disposição de uma Igreja Católica em ajudá-los a construir uma casa, caso recebessem o lote - também ocorre devido ao processo de disputa de território, logo, uma disputa de poder com uma empresa de contêineres desde 2016. Esse assunto se iniciou quando João pontua que as principais pessoas que não só queriam ali eram os donos dessa empresa.

João: Os ‘barão’, quem tem dinheiro. Vc acha que quem tem dinheiro, o pessoal (governo) vai dar asa praí oh pra quem tem dinheiro, esse pessoal rico aí [...]

Antônia: Quando vinheram fazer isso aí oh (a empresa) isso era aberto, nera? Eles queria pq queria tirar nós daqui.

João: Se eles pudessem tirar nós daqui, eles já tinham tirado.

Amanda: Por baixo do pano, eles pagaram pra ficar aí.

João: Aí tem é lote, tem é tudo, esses cara aí oh... O dono desse lote é dono de um prédio desses do Bandeirante.

Maria, ironicamente: Só de um?

Alex: Ai vc acha que o governo vai dar oportunidade pra eles ai ou pra um cara igual nós? Vai dar oportunidade pra um cara rico desses... Vai dar oportunidade pra um cara igual a gente não.

Visto que a ocupação tem 8 anos de existência e esse lote de empresas já estruturado, murado e prestes a se regulamentar, a insatisfação das/os ocupantes é na prioridade de oportunidade dada pelo governo. Segundo João, os donos dessa empresa ao entrar com um pedido de pequena empresa, podem começar o processo de regulamentarização pagando valores negociados.

Se para Pelbart a resistência se caracteriza enquanto uma situação oposicionista entre forças identitárias que disputam o poder, tanto a ocupação como essa empresa de containers, igualmente irregulares, disputam o poder pela terra; e em oposição de forças, lutam mediante as “armas” que dispõem: de um lado a ocupação insiste em continuar naquele local e, por outro lado, a empresa busca sua regularização por meio de recursos financeiros.

Com isso, os sonhos e devaneios sobre uma moradia digna não passam despercebidos entre uma fala de tristeza e outra de preocupação. A resistência local é vista até o momento de atingir o objetivo, sendo como uma ponte necessária para a realização de sonhos, não importante o local e o quão valorativo ele é.

Antônia: Ah, o meu sonho é ganhar uma casinha do governo ou um terreno e ir ‘mimbora’ pro meu canto ficar sossegada. Meu sonho é esse ai, até promessa eu já fiz pra eu ganhar uma casinha do governo pra eu ir ‘mimbora’ daqui.

João: Daqui um tempo você vai ver, mãe. Vão querer tirar a gente daqui... Não vai demorar muito pra tirar nós daqui não... Quando eles emendarem esse negócio com a UPA ai, oh...

Amanda: Eles vão querer emendar isso tudo.

João: Aqui é uma área, um lote desses aqui, nós não fica aqui não, o máximo que eles podem fazer é cadastrar nós pra nós ganhar uma casinha, só isso que eles vão fazer com nós, mas pra ganhar um lote aqui, aqui é lote de indústria, um lote desses aqui é mais de 400 mil reais, oh o tamanho desses lotes, aqui é área de indústria.

Assim, os atos de resistência por parte dessas/es ocupantes está atrelado à seus sonhos e pensamentos inconscientes, até mesmo que utópicos (Scott, 2001). Possivelmente ninguém enfrenta diversas situações de sujeição, como ter suas coisas expostas a chuva, suas crianças passando frio ou suas casas demolidas e, ainda assim, reconstroem no mesmo lugar, visado e estigmatizado, e seguem a vida sem ter um objetivo em mente. Objetivo esse que pode ser, pelo menos nas palavras de Antônia e Amanda, facilmente resolvido:

Antônia: Aqui que é terra, fazia casinha do governo e butava esses povo né? Eu mesmo se eu pudesse eu fazia isso, né Amanda? Tem terra daqui até no outro lado.

Amanda: É tudo desocupado, eles deviam dar pra quem precisa. Agora eles ficam toda hora derrubando, derrubando... Pra que que o governo quer tanta terra, mermã? Se quando a gente morre vai pra debaixo da terra.

Antônia: Fazia dividido assim, fazia aquelas carrerinha de casa, ficava era bonito aqui, não era?

Enquanto isso não acontece, o jeito é “empurrar com a barriga”, como já diria Amanda.

### **3. Considerações Finais**

Segundo Alvim (2013), o primado da resistência em Foucault funciona enquanto um método de investigação que nasce resistindo. Essa resistência opera em um campo de disputa onde forças opostas se pleiteiam e a resistência se apresenta como uma terceira força capaz de interagir e atuar de formas não sondadas pelo campo, ou seja, pela trama social.

Ao elaborar um argumento contra o conceito de hegemonia gramsciano, Scott enfatiza a importância da resistência cotidiana dentro das relações de poder vigentes na cena social. Para ele, as ciências sociais se equivocaram ao atribuir enquanto formas mais importantes de luta social as organizações formais, na forma de sindicato, movimento social e/ou partido político. O olhar analítico dessas instituições como fundamentadores da mudança social é, no mínimo, reducionista. (Menezes apud. Monsma, 2002, p. 33)

Nem todas as ações de enfrentamento à ordem dominante estão limitadas à/aos sujeitas/os vinculadas/os aos movimentos sociais, articulados nacionalmente e inseridos em redes transnacionalmente organizadas. Por isso, os movimentos sociais não devem ser considerados como possibilidade única de mudanças sociais, pois nem todas as relações são sinônimas de movimentos, ou seja, “nem tudo o que se move na sociedade é um movimento social”. (Fabrini apud. Gutiérrez, 2007, p. 21)

Sem dúvidas, o movimento de resistência dos sem-terra são atribuídos sumariamente por suas mobilizações expressas em sindicatos e movimentos sociais, possibilitando a solidificação desse tipo de mobilização como referência para paradigmas de luta política no campo e na cidade. (Fabrini, 2007, p. 30)

No caso do campesinato, Scott reconhece que a ciência vê nos movimentos sociais a principal fonte de mobilização e rebelião contra a ordem vigente e a dominação, em busca de uma vida melhor, contudo negligencia a chamada resistência cotidiana, caracterizada por

pequenos atos de confronto, na maioria dos casos confrontos indiretos, que podem questionar o sistema tanto como. (Scott, 2011)

É importante entender que a resistência é um aspecto mutável da trama social, podendo ser circunscrita sob formas de enfrentamentos usuais, amplos e estruturais ou tradicionais, singelos e tímidos. Essas ações podem estar intrínsecas a ações localizadas no território, nas emoções e no comportamento de quem as pratica.

Desse modo, as ocupações irregulares podem adotar práticas singulares, que vão desde relações sociais fortes territorialmente até objetivos oriundos de sonhos utópicos que motivam a resistência dia após dia das adversidades de se ter uma moradia informal, garantindo sua existência e sobrevivência.

Podendo concluir que a subjetividade da resistência existe e é mutável, ampla, diversificada e, mesmo assim, válida sobre o prisma político, social e, principalmente, efetiva no enfrentamento à estrutura vigente, ao sistema político cristalizado no que tange o direito à moradia e o direito à cidade; e a relação de dominação.

## APÊNDICE

### ● Questionário

Esse questionário foi desenvolvido com o intuito de entrevistar pessoas da ocupação Placa da Mercedes ou Ocupação da UPA do Bandeirante, de modo a garantir respaldo empírico a pesquisa de conclusão de curso de Ciência Política, da aluna Juliana Silva Amorim, estudante da Universidade de Brasília.

#### **Seção 1 : O modo de vivência dentro de uma ocupação irregular.**

1. Quanto tempo está aqui e qual/is motivo/s a/o fez vir para cá?
2. Gosta de morar aqui? Porque?
3. Alguém os auxilia? Se sim, como? É o suficiente para suprir as necessidades?
4. Durante esse tempo, houve algum desafio? Quais?
5. Há algum risco de se morar aqui? Quais e porque, mesmo com o risco, continua aqui?
6. (Pergunta flexível) Mesmo com os empecilhos, como você faz para continuar morando aqui?

#### **Seção 2 : O processo de resistência dentro de uma ocupação irregular.**

7. Quando diz onde mora, te tratam de forma diferente? Se sim, como e porque acham que fazem isso?
8. Vocês se organizam de alguma forma? Há algum líder ou norma para residir aqui?
9. Acha que há alguém que não os quer aqui? Quem e porque acha que pensam assim?
10. Qual seus planos de vida em relação a sua moradia?

## BIBLIOGRAFIA

ALEXANDER, Jeffrey C. Ação Coletiva, Cultura e Sociedade Civil: Secularização, atualização, inversão, revisão e deslocamento do modelo clássico dos movimentos sociais. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 13, nº 37. São Paulo, June 1998.

ALVIM, Davis Moreira. Foucault e o Primado das Resistências. Cadernos de Ética e Filosofia Política, nº 20, p. 22-30, June 2013.

BESSI, Vânia Gisele. Modos de Expressão da Resistência no Cotidiano do Trabalho Bancário. Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009.

BOSSI, Alfredo. Narrativa e Resistência. In: Itinerários. Araraquara, nº 10, 1996.

COSTA, Valéria Grace e LOPES, Marcio Alvez. Segregação e Periferização em Cidades Planejadas - o caso de Brasília. In: Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo, p. 8030 a 8044.

FABRINI, João Edmilson. A resistência camponesa para além dos movimentos sociais. In: Revista Nera, ano 10, nº 11, julho/dezembro de 2007.

FELTRAN, Gabriel. Fronteiras de Tensão: política e violência nas periferias de São Paulo. In: Revista dos Discentes do PPGS/UFSCar, v. 1, n. 2, jul/dez - 2012, p. 145-148.

FERRIANI, Luciana de Paula. Direito de Resistência e Desobediência Civil. In: Migalhas. Disponível em: <http://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI228832,81042-Direito+de+resistencia+e+desobediencia+civil>, outubro de 2015.

FERNANDES, E. Políticas de regularização fundiária: confrontando o processo de crescimento informal das cidades latino-americanas. Revista Magister de Direito Ambiental e Urbanístico, v.6, jun./jul. 2006.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos Sociais na contemporaneidade. In: Revista Brasileira de Educação, v. 16, n. 47, meio-ago. 2011, p. 333-361.

RODRIGUES, Arlete Moysés. Na Procura do Lugar o Encontro da Identidade: um estudo do processo de ocupação de terras: Osasco: FFCLH, 2009, 314.

ROQUE, Tatiana. Resistir a quê? Ou melhor, resistir o quê? In: Lugar Comum - Estudos de Mídia, Cultura e Democracia, n. 15-16, set/2001-abr/2022, p. 79-84. Rio de Janeiro, UFRJ, 2002.

SAFATLE, Vladimir. Do uso da violência contra o Estado ilegal. In: TELLES, Edson e SAFATLE, Vladimir (orgs.) O que resta da ditadura; a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo, 2010, p.237-252.

SCOTT, James. Exploração normal, resistência normal. In: Revista Brasileira de Ciência Política, nº 5. Brasília, janeiro-julho de 2011, p. 217-143.

SCHENATO, Vilson Cesar. Economia moral e Resistências Cotidianas no Campesinato: uma leitura a partir de E. P. Thompson e James Scott.

MACIEL JR, Auterives. Resistência e prática de si em Foucault. Artigos Temáticos, 2013.

MAIA, Antônio C. Sobre a analítica do poder de Foucault. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 7(1-2): 83-103, outubro de 1995.

MARICATO, Ermínia. Metrópole, legislação e desigualdade. Estudos Avançados, 2003, p. 151-166.

MARTINS, Anamaria de Aragão Costa e NETO, Vicente Correia Lima. Dependência do automóvel, planejamento regional e a cidade de Brasília. Universitas: Arquitetura e Comunicação Social, v. 10, n. 1, p. 23-34, jan./jun. 2013.

MENEZES, Marilda Aparecida de. O cotidiano camponês e a sua importância enquanto resistência à dominação: a contribuição de James C. Scott. Raízes, Campina Grande, vol. 21, nº 01, p. 32-44, jan./jun. 2002.

MIGUEL, Luis Felipe. "Violência e Política". Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 30, nº 88, junho/2015.

MONSMA, Karl. James C. Scott e Resistência Cotidiana no Campo: uma Avaliação Crítica. BIB, Rio de Janeiro, nº 49, 1º semestre de 2000, p. 95-121.

PELUSO, Marília Luiza. Brasília: Do Mito ao Plano, da cidade sonhada à cidade administrativa. In: Espaço & Geografia, Vol. 6. nº2 (2003).

PICOLOTTO, Everton Lazaretti. Movimentos sociais: abordagens clássicas e contemporâneas. In: CSOnline, Revista Eletrônica de Ciências Sociais, Ano I, Edição 2, nov. 2007, p. 156-177.

VIEIRA, André Luiz Valim. Direito de Resistência e Desobediência Civil como instrumento pacíficos de conquistas de direitos: os paradigmas de Gandhi. In: Revista Videre – Dourados, v. 05, n. 09, p. 84-94, jan./jun. 2013.